

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**TEORIA DA CORREFERENCIALIDADE
COM ESPECIAL ATENÇÃO AO PORTUGUÊS**

**Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Santa Catarina para obtenção
do grau de Mestre em Letras (área de
concentração: Linguística Aplicada) pela
aluna**

LÚCIA LOCATELLI FLÔRES

FLORIANÓPOLIS

1994

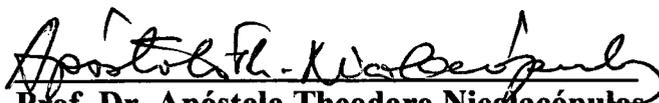
Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de

MESTRE EM LETRAS

Área de Concentração: Linguística Aplicada

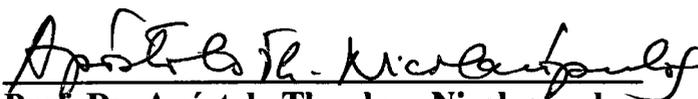


Prof. Dr. Carlos Mioto
Coordenador do Curso de
Pós-Graduação em Linguística



Prof. Dr. Apóstolo Theodoro Nicolacópulos
Orientador

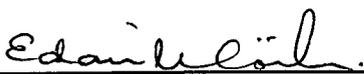
Apresentada à Banca Examinadora:



Prof. Dr. Apóstolo Theodoro Nicolacópulos
Presidente



Prof.ª Dr.ª Maria Marta Furlanetto



Prof.ª Dr.ª Edair Gorski

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Apóstolo, pelo incentivo e dedicação permanentes.

RESUMO

Este trabalho propõe-se a aplicar a textos jornalísticos de Língua Portuguesa a teoria da correferencialidade sugerida inicialmente por Fillmore (1970) e desenvolvida por Cook (1979). Segue o modelo de Gramática de Casos praticado na UFSC.

Parte do embasamento teórico sobre Gramática de Casos, através do estudo das teorias de Fillmore (1968 e 1971), Chafe (1970), Cook (1970 e 1978) e Nicolacópulos (1981 e 1993), e culmina com a aplicação e identificação da teoria da correferencialidade no discurso jornalístico atual.

ABSTRACT

This paper is intended to apply to Portuguese journalistic texts the theory of coreferential roles proposed by Fillmore (1970) and developed by Cook (1979), using the case grammar model practiced at the Federal University of Santa Catarina.

The case grammar theory is based on Fillmore (1968, 1971), Chafe (1970), Cook (1970, 1978) and Nicolacópulos (1981, 1993), followed by the application and identification of the theory of coreferential roles to current journalistic discourse.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I

1 A GRAMÁTICA DE CASOS:

HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO	11
---	-----------

CAPÍTULO II

2 MODELOS DE GRAMÁTICA DE CASOS	15
---	-----------

2.1 O modelo de Fillmore	15
---------------------------------------	-----------

2.1.1 O primeiro modelo de Fillmore, de 1968	19
---	-----------

2.1.2 O segundo modelo de Fillmore, de 1971	22
--	-----------

2.2 O modelo de Chafe	24
------------------------------------	-----------

2.2.1 A classificação dos verbos	26
---	-----------

2.2.2 Relação dos nomes com os verbos: os casos	30
--	-----------

2.3 O modelo matricial de Cook	34
---	-----------

2.3.1 O tipo de estrutura profunda	35
---	-----------

2.3.2 Lista de casos	36
-----------------------------------	-----------

2.3.3 A combinação dos casos para a formação dos esquemas casuais	38
--	-----------

2.3.4 A derivação de um verbo de outros verbos	45
---	-----------

2.3.5 A teoria dos casos não-manifestos	47
--	-----------

2.4 O modelo praticado na UFSC	50
2.4.1 A matriz casual	50
2.4.2 Os casos	54
2.4.3 Os verbos	55

CAPÍTULO III

3 A TEORIA DA CORREFERENCIALIDADE	58
3.1 Origem e caracterização	58
3.2 A ocorrência do fenômeno	61
3.2.1 Correferência do Agente com o Experienciador: A=E	62
3.2.2 Correferência do Agente com o Objeto: A=O	68
3.2.3 Correferência do Agente com o Beneficiário: A=B	75
3.2.4 Correferência do Agente com o Locativo: A=L	77
3.2.5 Correferência do Agente com o Holístico: A=H	77

CONCLUSÃO	79
------------------------	-----------

BIBLIOGRAFIA	85
---------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende apresentar um estudo da teoria da correferencialidade e sua identificação no discurso jornalístico atual em Língua Portuguesa.

Com o intuito de contextualizar essa teoria, começa-se por apresentar a origem da Gramática de Casos e as características comuns às diversas teorias de casos, numa síntese rápida, no primeiro capítulo.

No segundo capítulo, são sintetizados, pela ordem, os modelos de Gramática de Casos de Fillmore, Chafe e Cook, dos quais verte o modelo de Nicolacópulos adotado na UFSC, que serve de suporte ao nosso experimento e cuja síntese também figura nesse capítulo.

No terceiro capítulo, é apresentada a teoria da correferencialidade e demonstrada sua ocorrência em excertos de textos jornalísticos da Folha de S. Paulo, de O Estado de S. Paulo, do Jornal da Tarde, principalmente. Figuram, nesse capítulo, as inúmeras variações das predicções agentivas nas quais foi constatada a ocorrência do fenômeno, seguidas de excertos de textos jornalísticos que as comprovam.

Nossa opção pela linguagem jornalística para a análise do fenômeno da correferencialidade respalda-se no fato de ser ela constituída da língua viva e, como tal, retrata sua permanente evolução.

Os procedimentos de pesquisa partiram da identificação e coleta de recortes discursivos que apresentavam a correferência, destacando neles os casos correferenciais. Num segundo momento, agrupamos os recortes segundo os casos

correferenciais e por esquemas casuais, estabelecendo, assim, a partir dos dados, os casos que se apresentaram em correferência e as variações de esquemas casuais com cada par de casos correferenciais.

Em nossa pesquisa, objetivamos qualificar e não quantificar os dados, uma vez que trabalhamos com a perspectiva de verificar quais dentre os casos A, E, B, O, L, C, T e H, do modelo de Nicolacópulos, apresentam-se em correferência, além dos tradicionalmente apontados na descrição da teoria, no uso efetivo da língua e em quais variações de esquemas casuais, tendo levado em conta, para a análise deste último aspecto, o predicador dentro do contexto em que figura.

Os excertos analisados derivam de publicações do segundo semestre de 1993 e do ano de 1994.

Para a ordenação das predicções em que ocorre a correferencialidade, foram levados em conta: 1) os casos que estão em correferência e 2) as variações de esquemas casuais relativamente aos casos proposicionais manifestos e apagados na estrutura de superfície.

Assim, estão relacionadas, pela ordem: a) a correferência do Agente com o Experienciador (A=E) em predicções agentivas experimentativas; b) a correferência do agente com o Objeto (A=O) em predicções agentivas locativas, agentivas holísticas, agentivas comitativas, agentivas experimentativas e agentivas temporais; c) a correferência do Agente com o Beneficiário (A=B) em predicções agentivas benefactivas, d) a correferência do Agente com o Locativo (A=L) em predicções agentivas locativas e e) a correferência do Agente com o Holístico (A=H) em predicções agentivas holísticas.

Da presença ou não, na estrutura de superfície, dos casos proposicionais, resulta uma gama de variações de esquemas casuais das predicções em que o fenômeno da correferência se manifesta.

Fizemos figurar, sob os respectivos esquemas, as frases em que os casos de correferencialidade foram identificados, procurando contextualizá-las em pequenos excertos, sempre com o verbo em análise destacado. Algumas poucas frases que apresentam variedade de casos correferenciais ou variações de

esquemas casuais de uma mesma correferência figuram repetidamente, tendo destacado, a cada ocorrência, o verbo cujo esquema casual está sendo comprovado.

CAPÍTULO I

1 A GRAMÁTICA DE CASOS: HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO

A Gramática de Casos insere-se "numa pesquisa lingüística voltada para a análise de uma estrutura de base (subjacente) não equivalente a uma estrutura sintagmática" (Moura, 1988:31). É um dos modelos que, segundo Leech (1981: 130 e ss.), se apresentam como alternativa ao modelo de Gramática Gerativa. Leech classifica-a como "outra conhecida variante de análise predicacional (...) [que] aduz a possibilidade de mais de dois argumentos por predicado"(Id.:363).

Sendo a Gramática de Casos um modelo de análise predicacional, pressupõe estruturas subjacentes denominadas predicções, que se constituem de predicado acrescido de argumentos, assim representadas:

Predicação → Predicado (P) + Argumento(s) (A).

Isto a diferencia da Gramática Gerativa que tem por base estrutura assim constituída:

Sentença (S) → Sintagma Verbal (SV) + Sintagma Nominal (SN).

O argumento, na Gramática de Casos, é representado pelo caso, que é o nome atribuído à relação subjacente sintático-semântica que ocorre entre um predicador e um argumento.

Charles J. Fillmore, autor da primeira proposta de Gramática de Casos, apresenta a definição de casos como "um conjunto de conceitos universais presumivelmente inatos, que identificam certos tipos de julgamentos que os seres

humanos são capazes de fazer acerca dos acontecimentos que ocorrem a seu redor, julgamentos acerca de assuntos tais como quem fez, com quem aconteceu, e o que foi mudado" (1977: 299). Estas relações de casos, segundo ele, deixam patentes os relacionamentos sintático-semânticos que os casos expressam.

"Um caso é, portanto: (i) o resultado de uma relação sintática que tem uma consequência semântica; (ii) uma categoria subjacente, isto é, uma propriedade gramatical universal, e, como tal, não se confunde com funções superficiais como sujeito, objeto direto, objeto indireto, etc; (iii) um conjunto de traços que constituem um feixe de relações elementares" (Borba, 1987:3).

Conforme vimos na posição assumida por Leech, a Gramática de Casos é uma "variante de análise predicacional". Esta variante, no entanto, "não é uma teoria unificada e invariante" (Moura, 1988:32), pois nela convivem diferentes tendências e objetivos teóricos que dão origem a modelos distintos. "Sob o rótulo de Gramática de Casos encontramos a teoria clássica de Charles J. Fillmore¹, bem como a teoria essencialmente semântica de Walter Chafe, a teoria lexicalista e não transformacional de Stan Starosta, a teoria interpretativista de Jackendoff, bem como as teorias de Gruber, Cook, Longacre, Brown e Miller, Stockwell et. al. e muitos outros"(Carvalho, 1987:10).

Mas, apesar das variáveis que as diversas propostas de Gramática de Casos apresentam, Carvalho (1987: 11-12) propõe que é possível arrolar as seguintes características que lhes são comuns:

- "(i) uma forte base semântica;
- (ii) uma separação não estrita entre sintaxe e semântica;
- (iii) uma forma mais fácil de explicar o uso da linguagem, baseando-se num modelo semântico;
- (iv) centralidade do predicado, com certos argumentos dependendo dele, cada argumento ocupando determinada função de caso profundo;

¹ Fillmore, em sua teoria, mantém a centralidade da sintaxe e coloca a semântica como um componente igualmente gerativo, associado à sintaxe.

- (v) escolha de uma notação adequada para a representação dos predicados e seus conjuntos de casos;
- (vi) a preocupação de que a noção de caso é básica e primitiva para a teoria;
- (vii) noções de caso profundo como um universal da linguagem;
- (viii) um conjunto de relações de caso lingüisticamente definidas;
- (ix) um número bem limitado de relações de caso profundo que podem ser propostas por uma teoria (usualmente, não menos de quatro e não mais de dez)²;
- (x) uma distinção nítida entre funções de caso de estrutura profunda e formas de caso de estrutura de superfície;
- (xi) uma relação complexa entre funções de caso e sua representação superficial;
- (xii) o caráter relacional dos casos, isto é, o fato de que os casos indicam as funções na cláusula que seus respectivos SNs exercem;
- (xiii) uma formulação precisa do escopo das relações de caso propostas;
- (xiv) uma hierarquia de casos para a aplicação de diferentes processos sintáticos, como formação de sujeitos, formação de objetos, alçamento, etc;
- (xv) relações gramaticais como sujeito, objeto direto, objeto indireto, etc., como superficializações de casos subjacentes distintos;
- (xvi) consideração de que relações gramaticais como sujeito, objeto, etc., têm um 'status' derivado e secundário;
- (xvii) subcategorização de predicados através de diferentes estruturas de casos;
- (xviii) adjetivos e verbos categorialmente idênticos;
- (xix) existência de um constituinte proposição e de um constituinte modalidade;

2 Não há uma definição única, por parte da GC, dos procedimentos que determinam o número de casos, conseqüentemente, o número de casos varia de proposta a proposta. Fillmore, em sua proposta de 1971, apresenta nove casos; Starosta (1978), nove; Chafe (1970), sete; Anderson (1971/77), quatro; Jackendoff (1972), cinco; Cook (1979), cinco; Longacre (1976), dez. Fillmore recomenda, para evitar o problema do número de variedade de casos, que se analisem os papéis dos participantes numa determinada situação e que se estabeleçam as condições sob as quais um falante pode optar por colocar em perspectiva determinados participantes. É aí que se origina a teoria de cena e perspectiva.

(xx) como consequência dos dois constituintes mencionados no item anterior, um número de casos intra-proposicionais e um número de casos extra-proposicionais. "

Para efeitos do presente trabalho, convencionamos selecionar para estudo, os modelos de Fillmore, por ser ele o formulador dos traços básicos dessa nova teoria lingüística e, mais especificamente, de um sub-produto dessa teoria que é a teoria dos casos não-manifestos, na qual se embasa nosso trabalho; o modelo de Chafe, por introduzir a noção de processo na classificação das predicções; o modelo de Cook por resolver pontos conflitantes dos modelos de Fillmore e Chafe, e o modelo desenvolvido e praticado na Universidade Federal de Santa Catarina por Nicolacópulos, calcado nos modelos anteriores, mas apresentando um sistema casual composto de oito casos, que utilizaremos em nosso trabalho.

CAPÍTULO II

2 MODELOS DE GRAMÁTICA DE CASOS

2.1 O modelo de Fillmore

Charles J. Fillmore, em 1968, através da publicação de "The case for case", dá origem à Gramática de Casos em reação à Gramática Transformacional de Chomsky (1965), objetando quanto ao nível de relações gramaticais e quanto ao tratamento do léxico. Essas duas objeções de Fillmore à Gramática Transformacional podem ser assim explicadas:

a) O nível de análise das relações gramaticais

Em oposição ao nível de análise da Gramática Transformacional concernentemente às relações de sujeito e objeto, Fillmore sustenta que tais relações são mais profundas que as apresentadas por Chomsky. Este sustentava que o sujeito era o sintagma nominal (SN) diretamente dominado pela sentença (S), e o objeto, o SN dominado diretamente pelo sintagma verbal (SV), relações estas consideradas superficiais por Fillmore, que comprova que o sujeito superficial nem sempre coincide com o sujeito lógico da oração. A partir desta objeção, Fillmore propõe sua teoria de casos profundos que confirmam relações sintáticas mais profundas do que sujeito e objeto.

O próprio Chomsky (1965: 162), aliás, já admitira a necessidade de uma noção mais abstrata que explicasse as funções e relações gramaticais entre, por exemplo, pares de verbos como gostar/agradar e dar/receber (um golpe).

Fillmore demonstra como os verbos **gostar** e **agradar**, morfologicamente diferentes, estão relacionados, partindo dos seguintes exemplos:

(1) Eu gostei da peça de teatro.

(2) A peça de teatro me agradou.

Em (1), **Eu**, o sujeito, é expresso pelo caso Dativo, que denota sensação, emoção, conhecimento, caso denominado, mais tarde, Experienciador (E). **Peça de teatro**, o objeto sintático da oração, que é o conteúdo da experiência, é expresso pelo caso Objeto (O).

Em (2), **A peça de teatro**, o sujeito da oração, é o caso Objeto e continua sendo o conteúdo da experiência; e **me** é o Dativo, o objeto sintático da oração.

Assim, os verbos **gostar** e **agradar** têm o mesmo esquema casual — **gostar** D, O; **agradar** O, D —, diferindo apenas quanto à seleção do sujeito: em **gostar**, o sujeito é o Dativo; em **agradar**, o sujeito é o caso Objeto.

b) O tratamento do léxico

Chomsky, em seu modelo padrão, classificava o verbo com base em regras de subcategorização estrita e restrição seletional, de acordo com as categorias que os circundam e os traços que os caracterizam, como, por exemplo, + animado, + humano etc. Fillmore sustenta a inadequação dessas regras, por não darem conta da diferença de certos verbos, como ferir e ouvir, em:

(3) Eu firo você.

(4) Eu ouço você.

em que as regras de subcategorização e de seleção são idênticas para ambos os verbos.

Fillmore soluciona a questão, analisando as orações (3) e (4) em termos de casos, que são as relações dos verbos com os nomes que eles requerem, através dos papéis que estes desempenham. Em (3), o verbo requer um Agente (A) e um Objeto (O); em (4), o verbo requer um Experienciador (E) e um Objeto (O).

Já em 1966, Fillmore mostrava a diferença de análise feita pela Gramática Transformacional e pela Gramática de Casos, no seguinte grupo de orações:

- (5a) João deu um golpe em Paulo.
- (5b) João recebeu um golpe de Paulo.
- (6a) Maria carameliza o açúcar.
- (6b) O açúcar carameliza.

Pela Gramática Transformacional, **João** é o sujeito das orações (5a) e (5b). Para Fillmore, no entanto, **João** não desempenha a mesma função nessas duas orações, uma vez que, em (5a), pratica a ação e, em (5b), a recebe.

Em (6a), a Gramática Transformacional analisa **açúcar** como objeto, e em (6b) como sujeito. Para Fillmore o papel de **açúcar** é o mesmo nas duas orações, o de Objeto (O). Assim, Fillmore propõe uma estrutura mais profunda do que a proposta por Chomsky, "onde encontraremos representados os 'papéis' dos participantes e suas relações com o verbo. (...) A sentença, em sua estrutura básica, consiste em um verbo e um ou mais sintagmas nominais, cada um associado ao verbo numa determinada relação de caso." (Fillmore, 1977: 296).

Desta posição assumida por Fillmore, resulta sua proposta de estrutura básica da sentença, assim constituída:

- **Proposição:** "conjunto de orações, sem tempo verbal, incluindo verbos e substantivos (e sentenças encaixadas, caso haja alguma)" (Id. 299). A proposição é constituída de verbo (V) e uma série de relações associadas ao verbo, chamadas casos (C), que poderão estar antecidos de preposição (K);
- **Modalidade:** idéias de negação, tempo, modo e aspecto incluídas nas sentenças.

Esta regra de base de Fillmore foi assim esquematizada por ele:

$$S \longrightarrow M + P$$

$$P \longrightarrow V + C_1 + C_2 \dots C_n$$

$C \rightarrow K + SN$

Fillmore (1977: 310) faz a seguinte representação da estrutura básica da sentença:

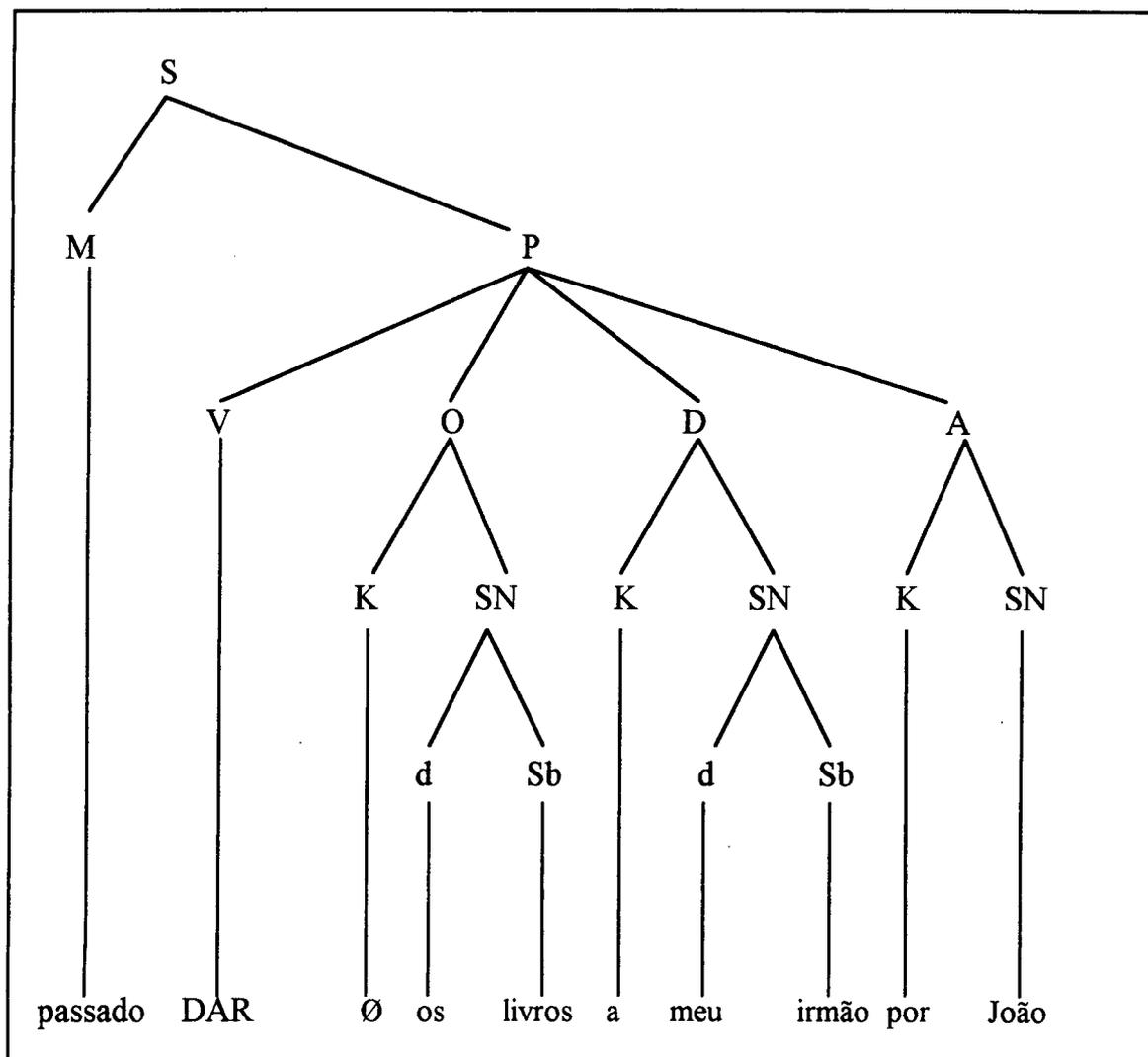


Figura 01: Representação da estrutura básica da sentença segundo Fillmore

Em seu primeiro modelo de Gramática de Caso, Fillmore sustenta que a presença dos marcadores casuais (K = preposição) na estrutura profunda, é necessária, porque, nas línguas sem desinências casuais, os casos são representados por esses marcadores. Em 1971, no entanto, constatando que as preposições só aparecem na estrutura superficial, quando aplicadas as regras de transformação, sem afetar o

significado da sentença, Fillmore abandona esta posição. Continua, porém, mantendo a centralidade do verbo.

Outras características dos modelos de Gramática de Casos de Fillmore serão apresentados nas próximas seções.

2.1.1 O primeiro modelo de Fillmore, de 1968

Conforme foi visto na seção 2.1, Fillmore, em 1968, propôs a estrutura básica da sentença (S), constituída de um verbo (V) e um ou mais sintagmas nominais (SNs), acompanhados de marcador casual (K), associados ao verbo, através de uma relação de caso particular. Estes componentes ocorrem separadamente do constituinte modalidade (M), responsável pelas noções de negação, tempo, modo e aspecto. O conjunto de constituintes verbo (sem tempo), substantivos e possíveis sentenças encaixadas, Fillmore denomina Proposição (P).

Assim, o constituinte Proposição é expandido com o verbo acompanhado de um ou mais casos¹, sem se repetirem, selecionados dentre os seguintes:

Agentivo (A): É o que age, pois é representado por ser animado; é o que instiga a ação expressa e identificada pelo verbo; o que desencadeia uma atividade e, por isso, é origem dela e seu **instigador**:

A

(7) **Ana** escova o cabelo.

Instrumental (I): É o caso que "exprime uma causa indireta, tendo como traços básicos a atividade e o fato de ser controlado". (Borba, 1987: 5) É constituído de força ou objeto inanimado responsável pela ação ou estado identificados pelo verbo:

I

(8) Podou a roseira **com a tesoura**.

I

(9) **As mãos** procuram o cigarro em todos os bolsos.

Dativo (D): É o caso do ser animado que é afetado pelo estado ou pela ação identificados pelo verbo:

D

(10) **O torcedor** gostou do jogo.

¹ O nome de cada caso tem relação estrita com o valor semântico que expressa.

Factitivo (F): É o caso do objeto ou do ser que resulta da ação ou estado identificados pelo verbo, ou compreendido como parte do significado do verbo:

F

(11) A costureira confeccionou **um vestido**.

Locativo (L): É o caso que marca o lugar onde; identifica a localização ou orientação espacial do estado ou da ação identificados pelo verbo:

L

(12) A bola passou **ao lado da trave**.

Objetivo (O): É o caso afetado por aquilo que o verbo indica. É “o caso semanticamente mais neutro, aquele em que qualquer coisa representada por um substantivo cujo papel na ação ou estado identificado pelo verbo é identificado pela interpretação semântica do próprio verbo.” (Fillmore, 1977: 300):

O

(13) **A reunião** terminou.

O

(14) Passei **um telegrama** para Marisa.

Fillmore recomenda que o caso Objetivo, que pode ser oracional, não seja confundido com o objeto direto.

Neste seu primeiro modelo de Gramática de Casos, Fillmore ordena os casos da direita para a esquerda, em ordem hierárquica que determina a escolha do sujeito. Assim, se na sentença houver o caso Agentivo (A), este será o sujeito; na ausência do Agentivo na sentença, o sujeito será o Instrumental (I); na ausência do Agentivo e do Instrumental, o sujeito será o Objetivo (O).

A representação da sentença da figura 1 — João deu os livros a meu irmão —, tendo os casos hierarquizados ordenadamente, fica assim constituída:

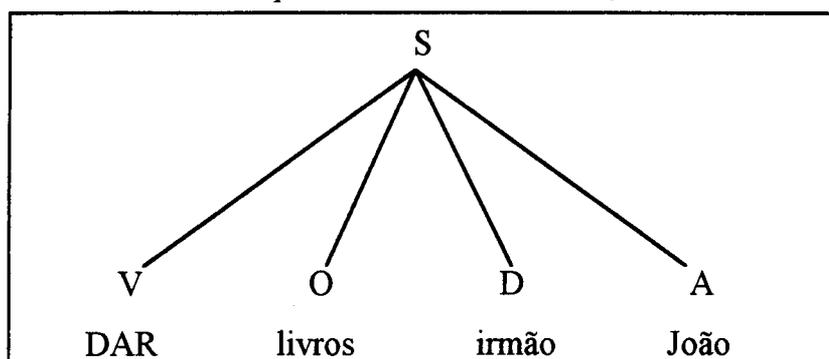


Figura 02: Representação da sentença com os casos hierarquizados, segundo Fillmore

Desta forma, Fillmore "apresenta os casos como um conjunto de relações associadas ao verbo e capazes de explicar a relação tanto entre pares de verbos morfologicamente semelhantes, como **abrir**, v. i e **abrir**, v.t., **quebrar**, v.i. e **quebrar**, v.t., assim como entre pares de verbos morfologicamente diferentes, como **gostar/agradar**, **ver/olhar**, **morrer/matar**, etc." (Oliveira, 1989: 13)

De acordo com o tipo e o número de casos exigidos pelo seu significado, os verbos são classificados e representados através de esquemas casuais. Por outro lado, um verbo pode ocorrer em mais de um ambiente de caso distinto, tendo sua representação casual feita através de esquemas casuais diversos, conforme o verbo **queimar** nas sentenças abaixo:

- O
- (15a) O papel **queimou**. V+ [— O]
 A O
- (15b) João **queimou** o papel. V+ [—A,O]
 I O
- (15c) O fogo da lareira **queimou** o papel. V+ [— O, I]
 A O I
- (15d) João **queimou** o papel com o fogo da lareira. V+ [—A,O,I]

Os verbos são classificados por Fillmore em básicos, instrumentais, dativos e locativos, e cada um destes em estados ou ações, conforme síntese formalizada por Cook (1976: 14):

"1. Verbos básicos:

- (a) Estados: + [— O] ser verdadeiro, ficar, quebrar, cozinhar, morrer, acordar
- (b) Ações: + [— A] correr
 + [— A, O] quebrar, comprar, cozinhar, causar, matar, assassinar, abrir,
 ler, remover, aterrorizar, aprender, escutar, olhar, predizer,
 dizer

2. Verbos instrumentais:

- (a) Estados: + [— I, O] quebrar, matar, abrir, acordar
- (b) Ações: + [— A, I, O] quebrar, matar, assassinar, abrir, acordar

3. Verbos dativos:

- (a) Estados: + [— D] estar triste
 + [— D, O] acreditar, esperar, ouvir, saber, gostar, ver, pensar, querer, ter
 + [— O, D] ser aparente, ser interessante, agradar, pertencer

(b) Ações: +[— A, D, O] culpar, forçar, persuadir, mostrar, falar, dar

4. Verbos locativos:

(a) Estados: +[— L] ser quente, ser ventoso (= ventar em)

+ [— O, L] estar em, estar sobre, estar com, aglomerar-se

+ [— L, O] ter em, ter sobre, ter com

(b) Ações: +[— A, O, L] guardar, sair, colocar, plantar, manchar, amontoar"

A partir desta classificação de Fillmore (1968), Cook esquematiza a primeira matriz, que será aprimorada por ele, posteriormente, como se verá na seção 2.3.3, de acordo com os quatro campos semânticos a que pertencem os verbos.

2.1.2 O segundo modelo de Fillmore, de 1971

Em 1971, Fillmore revê seu primeiro modelo de Gramática de Casos e estabelece modificações em sua teoria, tanto na estrutura profunda, quanto na lista de casos, dando origem a um segundo modelo, também denominado modelo revisado.

As modificações na estrutura profunda afetam três aspectos: o constituinte modalidade, a ordenação dos casos e o constituinte preposição (K). Em sua revisão, Fillmore elimina o constituinte modalidade da estrutura profunda, ordena os casos da esquerda para a direita, elimina as preposições (K) da estrutura profunda, abandonando a posição de que, nas línguas sem desinências casuais, os casos são representados por preposições, por constatar que estas só se fazem presentes na estrutura superficial, através de regras de transformação, sem afetar o significado da sentença.

As modificações operadas por Fillmore na lista de casos caracterizam-se pela ampliação do número de casos de seis para nove e reorientação na denominação dos casos. No que tange a essas modificações, há três pontos de diferenciação entre o modelo de 1968 e o de 1971:

a) 1º ponto:

O caso Instrumental (I) é redefinido, com o intuito de abranger "forças da natureza, tais como vento, trovão, etc., e o estímulo de experiências

psicológicas, como por exemplo, no sujeito de verbos como **agradar**, **assustar**, etc." (Bathke, 1990: 32).

b) 2º ponto:

Fillmore introduz em sua lista de casos o Experienciador (E) para abarcar as predicções psicológicas. O caso Experienciador passa a absorver parte do caso Dativo (D) de 1968, mas exclui verbos que denotam posse, ganho ou perda e transferência de propriedade que são classificados, em 1971, como Meta (M).

c) 3º ponto:

Fillmore introduz no modelo de 1971 os casos Origem (Or) e Meta (M), objetivando abarcar predicções locativas direcionais². Pronuncia-se, assim, localista, que se caracteriza pelo amplo emprego dos casos Locativo (L), Origem (Or) e Meta (M), que assim operam: Locativo expressa a locação estática; Origem e Meta denotam locativos direcionais. O caso Meta absorve o caso Factitivo (F) de verbos como escrever, construir, etc. que foi eliminado de seu novo modelo.

A lista dos nove casos do 2º modelo de Fillmore é a seguinte:

Agentivo (A)	Meta (M)
Experienciador (E)	Locativo (L)
Instrumental (I)	Temporal (T)
Objeto (O) ³	Benefactivo (B)
Origem (Or)	

O caso Benefactivo (B), incluído na lista acima, é considerado por Fillmore, caso modal, isto é, caso não decorrente da relação verbo-nome (s). O caso Temporal (T), segundo Fillmore (1971:51), pode ser ora modal ora proposicional, visto que os casos (B) e (T) proposicionais são considerados locativos abstratos e, portanto, expressos pelos casos (L), (Or) e (M).

² Em seu primeiro modelo, o caso Locativo (L) abarcava os locativos estáticos e direcionais que estavam, desta forma, em distribuição complementar.

³ O caso Objeto passa a se chamar, no segundo modelo, Objeto.

Fillmore introduz, ainda, no seu primeiro modelo, o caso Comitativo (C) sem defini-lo. (1968: 81) É arrolado como caso proposicional na versão revisada (1969: 366). Os exemplos que ele utiliza permitem-nos deduzir tratar-se de caso tipicamente animado que expressa companhia:

- C
- (16a) A criança está **com Maria**.
- C
- (16b) **Maria** tem a criança **consigo**.
- |
C — cópia⁴

Seria, assim, um décimo caso que figura perifericamente aos já listados.

2.2 O modelo de Chafe

Em 1970, Wallace L. Chafe publicou livro intitulado "Meaning and the Structure of Language" em cujo conteúdo há aspectos importantes da e para a Gramática de Casos.

Tendo-se baseado no primeiro modelo de Fillmore, Chafe toma aquela teoria como ponto de partida e amplia-a com novas informações, incutindo-lhe fortes pontos de vista próprios, como se verá adiante, que serão incorporados pelos teóricos que o sucedem na adoção dessa nova "variante da análise predicacional."

Da comparação dos traços básicos das duas teorias, conclui-se que a diferença fundamental entre Fillmore e Chafe é que o primeiro considera os casos como relações sintáticas profundas, enquanto que o segundo os apresenta como **relações semânticas profundas**, enfatizando, assim, a centralidade da semântica na geração de proposições.

Outra diferença da teoria de Chafe com relação á de Fillmore é que aquele não considera a existência do nóculo S para a geração de sentenças, como seu ponto de partida, porque "o verbo é o único ponto de partida de que precisamos". (Chafe, 1979: 98). Está, assim, declarada por Chafe a centralidade do verbo que "dita a presença e a natureza do nome" (Id., 97).

⁴ Na seção 2.3.5 será explicado quando um caso pode tornar-se cópia.

Chafe (1979: 97 e ss.) defende a centralidade do verbo através das seguintes evidências:

- a) Em todas as línguas há a presença semântica do verbo nos enunciados, excetuando-se, em algumas, enunciados periféricos como oh! ai!, possivelmente resquícios da comunicação pré-humana, e outros casos em que o verbo possa ter sido suprimido antes de chegar à estrutura superficial⁵;
- b)"(...) a natureza do verbo, determina como deverá ser o restante da oração; principalmente determina que nomes o acompanharão, qual será a relação desses nomes com o verbo, e como esses nomes serão semanticamente especificados"(p.97), através de traços como + animado, + agente, + humano. Assim, contrariando a posição de Chomsky (1965) e de Fillmore (1968), Chafe assume "a posição de que é o verbo que dita a presença e a natureza do nome, e não vice-versa."(Id.);
- c) Em estruturas superficiais como " 'A cadeira riu' somos forçados a lhe dar algum tipo de significado"(Id.), interpretando cadeira como se fosse um ser animado, nunca, no entanto, interpretando o verbo rir como se fosse um tipo diferente de atividade de seres inanimados. Exemplos como este provam que a influência semântica do verbo é dominante e se estende sobre os nomes que lhe são subordinados e o acompanham;
- d) As unidades de flexão acrescentadas ao verbo estendem-se a toda a oração construída em torno dele.

Do confronto das duas teorias, pode-se, ainda, estabelecer as seguintes diferenças em Chafe com relação ao primeiro modelo de Fillmore: ausência do constituinte modalidade, ausência do constituinte preposição na estrutura semântica, estrutura semântica gerada de um verbo (V) como símbolo inicial, classificação dos verbos em estado, ação, processo, ação-processo e ambiente, este último como uma sub-classificação.

⁵ O autor não especifica quais seriam esses "outros casos" aludidos.

Relativamente à terminologia básica, Chafe refere-se aos elementos predicativos como verbos e aos elementos nominais como nomes, embora essas denominações tenham sido mais usadas para a estrutura sintática (superficial), "não para elementos semânticos"(p. 96), porque o que ele chama de "verbos e nomes semânticos estão refletidos tipicamente — em uma maneira distorcida, é certo — em verbos e nomes de superfície". (Id.) Isto, segundo ele, "para não ter que mudar em algum ponto imotivado do caminho da estrutura semântica à superficial". (Id.)

Enfim, Chafe considera que "o universo conceptual humano total é dicotomizado inicialmente em duas grandes áreas. Uma, a área do verbo; a outra, a área do nome, engloba 'coisas' (tanto objetos físicos como abstrações coisificadas). Destas duas, teremos como certo que o verbo é central e o nome periférico". (Id.)

2.2.1 A classificação dos verbos

Chafe, partindo da classificação verbal feita por Fillmore, em estados e ações, amplia a teoria através da introdução da denominação de verbos de processo e de ação-processo, acrescida da designação de verbos de ambiente como sub-tipos de estado e ação, segundo se verá adiante. Esta ampliação da classificação verbal possibilitará a listagem, caracterização e classificação do número de casos, conforme se verá na seção 2.2.2.

Inicialmente, Chafe classifica os verbos em verbos de estado e verbos de não-estado, estes últimos subdivididos em verbos de processo, ação e ação-processo. Os verbos de não-estado distinguem-se dos verbos de estado porque repondem as perguntas "Que aconteceu? Que está acontecendo?". "Um não-estado é um acontecimento, um evento". (p. 99) Outra forma de distinção: os não-estados, em muitos casos, podem ocorrer de forma progressiva e imperativa⁶; os estados, não.

Os tipos de verbos da classificação de Chafe ficam assim caracterizados:

⁶ Na seção 2.3.3, quando falarmos sobre os procedimentos de Cook para a classificação dos verbos, trataremos destes dois aspectos.

a) Estado

Em orações em que o verbo está especificado como estado, ele se faz acompanhar de um nome paciente. "O paciente especifica o que é que está no estado". (p. 98):

(17a) A madeira está seca⁷.

(17b) A corda está esticada.

(17c) A travessa está quebrada.

(17d) O elefante está morto.

Os nomes pacientes madeira, corda, travessa e elefante representam o ser ou a coisa na qual se reflete o estado especificado pelo verbo. Estar em um estado opõe-se a ser um acontecimento.

b) Processo

No conjunto de orações (18), os nomes que acompanham os verbos mudaram de estado ou de condição. Aí ocorre um processo, tendo o nome que acompanhar o verbo numa relação passiva com este. Por isso, nos processos, o nome é paciente. A oração em que ocorre um processo passa pelo teste da pergunta "Que aconteceu a N?". Os verbos de processo expressam acontecimento:

(18a) A madeira secou.

(18b) A corda esticou.

(18c) A travessa quebrou.

(18d) O elefante morreu.

c) Ação

Nos verbos de ação, como no conjunto (19), o nome que os acompanha não é paciente, mas agente. Ele não representa algo que está num estado ou que está mudando de estado, mas algo ou alguém que faz uma ação. Os verbos de ação, portanto, caracterizam-se por selecionarem nomes agentes. A distinção entre ação e processo faz-se pela pergunta, para a ação, "O que fez

⁷ As orações que ilustram a teoria desta seção e da seção 2.2.2 são do próprio Chafe.

N?", enquanto que para orações de processo a pergunta é "O que aconteceu a N?":

(19a) Miguel correu.

(19b) Os homens riram.

(19c) Harriet cantou.

(19d) O tigre pulou.

d) **Ação-processo**

Há orações em que o verbo é, simultaneamente, ação e processo. Observando-se o conjunto de orações (20), percebe-se que o verbo expressa o que alguém faz e, ao mesmo tempo, como processo, percebe-se a mudança de condição de um nome. Assim, os verbos de ação-processo requerem um nome agente e um nome paciente:

(20a) Miguel secou a madeira.

(20b) Os homens esticaram a corda.

(20c) Harriet quebrou a travessa.

(20d) O tigre matou o elefante.

e) **Ambiente**

Em algumas orações, como em (21), não precisa estar presente nenhum nome, pois "não há nenhuma coisa de que se faça predicação". (Chafe, 1979: 102):

(21a) Está quente.

(21b) É tarde.

(21c) É terça-feira.

Em orações deste tipo, o verbo cobre o ambiente total e é especificado como ambiente; "ele implica um evento todo abrangente que não faz referência a nenhuma coisa particular."(Id.)

Os verbos de ambiente podem ser especificados como estado conforme (21) a, b e c. Não há, nestas orações, possibilidade de resposta à pergunta "Que está acontecendo?". Esses verbos podem, ainda, segundo Chafe, estar especificados como ações, conforme (22) a e b, e as orações em que tais

verbos ocorrem respondem à pergunta "Que está acontecendo?", porém, não há atribuição de ação a nenhum agente particular dentro do ambiente. O verbo implica num ambiente todo abrangente:

(22a) Está chovendo⁸.

(22b) Está nevando.

Fica, assim, estabelecida por Chafe a especificação dos verbos em seis modalidades: estado, processo, ação, ação-processo, ambiente-estado e ambiente-ação.

Conforme foi visto no decorrer desta seção, os verbos são genericamente classificados por Chafe em estados e não-estados. O verbo de estado é semanticamente estático e é definido como verbo de não-acontecimento. Os verbos de não-estado são classificados por Chafe em processos, ações e ações-processos; os processuais são verbos de acontecimento não-agentivo, enquanto que os de ação são verbos de acontecimento agentivo.

São esquematizados assim:

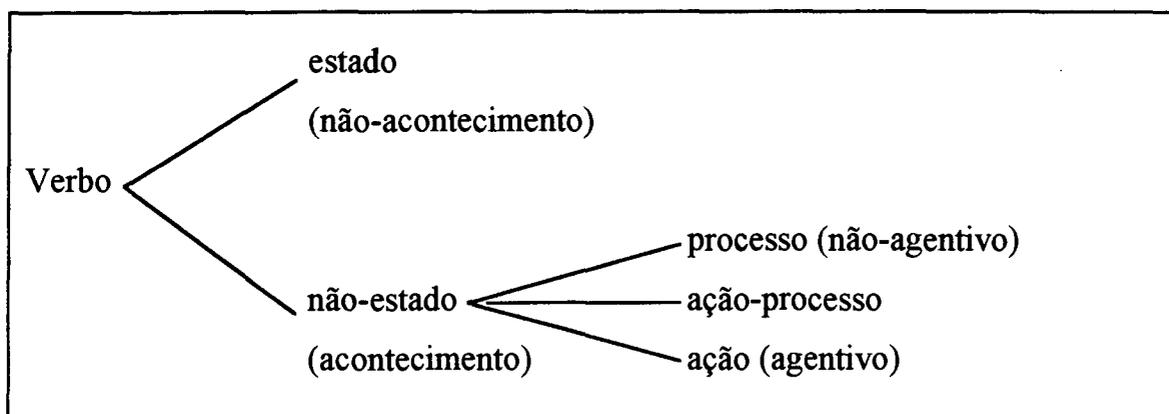


Figura 03: Esquema de classificação dos verbos segundo Chafe

Chafe (1979: 120-136) formula um sistema de derivação bidirecional de verbos no qual estados, processos e ações se inter-relacionam através de unidades derivacionais. Trataremos deste sistema de derivação verbal na seção 2.3.4, quando será visto um dos pontos básicos de Gramática de Casos postulados por Cook, "a derivação de um tipo de verbo de outro verbo"(Bathke, 1990: 39), visto que este se

⁸ Os verbos *chover* e *nevar*, classificados como ações por Chafe, na realidade, são processos, por denotarem eventos não-agentivos.

baseia na teoria de Chafe e que na seção 2.3 estarão sequenciados os cinco pontos básicos de Gramática de Casos previstos por Cook.

2.2.2 Relação dos nomes com os verbos: os casos

Chafe, em sua teoria, relaciona um total de sete casos assim caracterizados:

a) Paciente (O)⁹

O nome paciente ocorre com verbos de estado ou processo, se o verbo não estiver especificado simultaneamente como ambiente, conforme (17a) A

O **madeira** está seca e (18a) **A** **madeira** secou.

b) Agente (A)

É o nome requerido por verbo de ação e de ação-processo, desde que não seja de ambiente. Revendo os conjunto de orações (19) e (20) tem-se claros exemplos de agente no primeiro, e de agente e paciente no segundo.

Chafe (1979: 148) diz, referindo-se às relações de agente e paciente com o verbo: "parecem desempenhar na estrutura semântica, um papel mais fundamental do que quaisquer outras, um papel que o vincula à especificação básica de um verbo como estado, processo, ação ou ação-processo".

c) Experimentador (E)

É o nome que se relaciona com um verbo de experiência e por ele é exigido. O Experimentador pode ocorrer com verbos de estado:

E
(23a) **Tom** quis uma bebida.

E
(23b) **Tom** soube a resposta.

E
(23c) **Tom** gostou do aspargo.

"Tom não é o instigador de uma ação, não é alguém que faz algo". (p. 149). É, sim, alguém mentalmente disposto a desejar algo; alguém que se

⁹ Estamos adotando, assim como Cook, ao lado dos nomes dos casos de Chafe, entre parênteses, a notação fillmoreana de casos, para unificar a terminologia. Nas análises a seguir, Paciente é O, Agente é A, Experimentador ou Experienciador é E, Beneficiário é B, Instrumento é I, Lugar é L e Complemento é C.

dispõe a uma experiência mental. Os verbos de estado que exigirem Experimentador exigirão também Paciente — bebida, resposta, aspargos — conforme (23) a, b e c. O mesmo ocorre com os verbos de processo que evocam eventos, como é possível auferir dos próximos exemplos de Chafe:

- E
(24a) **Tom** viu uma serpente.
- E
(24b) **Tom** ouviu uma coruja.
- E
(24c) **Tom** aprendeu a resposta.
- E
(24d) **Tom** lembrou-se da resposta.

O conjunto de orações (24) responde a pergunta "Que aconteceu?".

Note-se que Tom, nas quatro orações, "é alguém cuja disposição mental ou cujos processos mentais foram afetados". (p. 149)

Nos exemplos apresentados vê-se o Experimentador no papel de sujeito da estrutura superficial.

d) **Beneficiário (B)**

O nome requerido pelos verbos de estado, processo, ação e ação-processo, classificados como verbos benefactivos, especifica o ser beneficiado por aquilo que é comunicado na oração:

- B
(25a) **Tom** tem os bilhetes.
- B
(25b) **Tom** tem um conversível.
- B
(25c) **Tom** possui um conversível.

Tom é o Beneficiário (B), e bilhetes e conversível são pacientes (P). Ter e possuir são verbos de estado que requerem Beneficiário e Paciente. Estas orações não respondem a pergunta "Que aconteceu?".

Os verbos benefactivos de processo podem ser reconhecidos em (26):

- B
(26a) **Tom** perdeu os bilhetes.
- B
(26b) **Tom** encontrou os bilhetes.

B

(26c) **Tom** ganhou (em sorteio ou competição) os bilhetes.

B

(26d) **Tom** adquiriu um conversível.

Em (26) houve evento, mas não houve ação, pois "Tom não fez nada. Houve simplesmente um processo, uma mudança na disposição do paciente". (p. 154) Tom é Beneficiário do evento verbal; carro, bilhete, conversível são Pacientes.

O Beneficiário é sujeito da estrutura de superfície em (25) e em (26), e o será sempre que não houver nenhum Agente na oração. Havendo Agente na oração, o Beneficiário ocorrerá no final desta, antecedido da preposição **para** ou **a**.

O caso Beneficiário pode ocorrer, ainda, com verbos que expressam ação-processo:

B

(27a) Maria comprou a **Tom** um conversível.

B

(27b) Maria vendeu a **Tom** um conversível.

B

(27c) Maria enviou a **Tom** os bilhetes.

B

(27d) Maria deu a **Tom** os bilhetes.

Maria é o Agente (A); conversível e bilhete são Pacientes (P), e Tom é o Beneficiário (B). Dada a presença de Agente e Paciente, as orações são de ação-processo.

Além disso, pelas orações:

(28a) Maria tricotou uma malha.

B

(28b) Maria tricotou uma malha para **Tom**.

(28c) Maria cantou.

B

(28d) Maria cantou para **Tom**.

Chafe (1979: 156) deduz: "pode ser correto dizer que todo verbo de ação (seja ação simples ou ação-processo) pode facultativamente ser acompanhado de um beneficiário".

e) Instrumento (I)

É "um objeto que desempenha um papel no desencadeamento de um processo, não sendo, porém, a força motivadora, a causa ou o instigador. É subsidiário para o agente, algo que o agente usa". (p. 157) O Instrumento pode acompanhar facultativamente um verbo de ação - processo, como em (29):

I

(29a) Tom cortou uma corda com uma **faca**.

I

(29b) Tom abriu a porta com uma **chave**.

Chafe considera que há nomes instrumentais que podem ser requeridos por verbos só de ação como em (30):

I

(30a) A **pedra** quebrou a vidraça.

I

(30b) A **faca** cortou a corda.

o que mostra ser o Instrumento capaz de exercer a função de sujeito na estrutura de superfície.

f) Complemento (C)

O caso Complemento é requerido por verbo completável que pode ser de ação ou de estado. "Um nome complemento não especifica algo que está em um estado ou que muda de estado. Ele completa ou especifica mais estritamente o significado do verbo". (p. 162)

Complemento com verbo de ação:

C

(31a) Tom cantou "**The Star Spangled Banner**"

C

(31b) As crianças jogaram **futebol**.

Complemento com verbo de estado:

C

(31c) O livro pesa **uma libra**.

C

(31d) O doce custa **dez centavos**.

g) Lugar (L)

É a relação do nome com o verbo que se especifica como locativo. O verbo pode ser de estado:

L

(32a) A chave está **sob o tapete**.

de processo:

L

(32b) Tom caiu **da cadeira**.

L

(32c) O navio submergiu **no mar**.

de ação-processo:

L

(32d) Tom atirou a faca dentro da **caixa**.

L

(32e) Tom colocou o livro junto ao **telefone**.

Em (32d) e (32e) há paciente (faca, livro), agente (Tom) e lugar (caixa, telefone).

Chafe inclui em sua lista de casos o Lugar (L), sem, contudo, manifesta-se localista, pois não introduz os casos Origem (Or) e Meta (M), diferindo, assim, mais uma vez, de Fillmore.

2.3 O modelo matricial de Cook

Entre 1970 e 1978, Walter A. Cook formulou sua teoria de Gramática de Casos, divulgada numa série de artigos publicados nos "Working Papers on Languages and Linguistics" da Universidade de Georgetown.

O que o destacou sobremaneira dentre os demais cientistas desta área lingüística foi seu modelo matricial, assim chamado por classificar os verbos, agrupando-os numa matriz com três campos verticais — estados, processos e ações — e com quatro campos horizontais — verbos básicos, de experiência, benefactivos e locativos — formando "doze esquemas casuais considerados necessários e suficientes para a classificação de todos os verbos de uma língua em todas as suas acepções". (Cook, 1979: 203).

Cook defende a posição de que um modelo de Gramática de Casos deve conter cinco pontos básicos:

- a) O tipo de estrutura profunda;
- b) Lista de casos;
- c) A combinação dos casos para a formação dos esquemas casuais;
- d) A derivação de um tipo de verbo de outro verbo;
- e) A teoria dos casos não-manifestos, como explicação para a ausência total ou parcial de certos casos na estrutura de superfície". (Cook, 1979: 200)

Criou o modelo matricial visando suprir a carência desses pontos nos modelos de Gramática de Casos que antecederam o seu.

Trataremos de sintetizar estes pontos da teoria de Gramática de Casos de Cook nas próximas cinco seções.

2.3.1 O tipo de estrutura profunda

A estrutura profunda da sentença, no modelo sintático-semântico de Cook, é estabelecida a partir de um verbo central e os nomes que a valência de tal verbo requer. A esses nomes, Cook também, à semelhança de gramáticos de casos cujas teorias o antecederam, denomina "casos", numa referência aos papéis que eles desempenham nas relações semânticas da estrutura profunda da sentença, opondo-se, tal termo, às denominações sintáticas sujeito, objeto etc., da estrutura superficial.

Assim, segundo Cook, é a valência semântica do verbo que gera a sentença e que estabelece o número e o tipo de casos que devem estar presentes nela. Cook mantém o nóculo superior S, na geração das sentenças, ao qual está ligado o verbo que a gera; a este estão subordinados os nomes requeridos por ele — entre um e três — dando-lhe a configuração gráfica seguinte, para, por exemplo, a sentença (33):

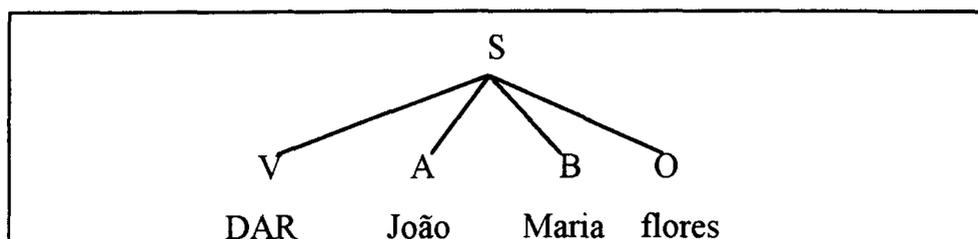


Figura 04: Configuração da sentença segundo Cook

(33) João deu flores para Maria.

Cook utiliza-se de esquemas casuais para representar os verbos e os nomes que eles requerem nas sentenças em que ocorrem. Assim, o verbo dar, da sentença (33), fica representado pelo seguinte esquema casual: +[—A, B, O].

Na seção 2.3.3 ver-se-á com mais detalhes a questão dos esquemas casuais.

2.3.2 Lista de casos

É outro ponto que, na posição de Cook, deve obrigatoriamente constar de uma gramática de casos.

No modelo de estrutura de Cook, caracterizado na seção anterior, ocorre a separação dos casos efetivamente exigidos pelo verbo daqueles que são opcionais. Os primeiros — os obrigatórios — Cook denomina proposicionais, pois são responsáveis pela estruturação da proposição, juntamente com o verbo que os requer. Os opcionais fazem parte da modalidade (conforme Fillmore) e não são requeridos pelo significado do verbo. Esses Cook denomina modais.

A partir das teorias que precederam a de Cook — Fillmore (1968, 1971), Chafe (1970), Anderson (1971), dentre outras — e motivado a simplificar a polêmica em torno da classificação e denominação dos casos requeridos pelo verbo, Cook opta por estabelecer uma lista com cinco casos proposicionais exigidos pelo verbo: Agente, Experienciador, Benefactivo, Objeto e Locativo; e oito casos modais, acidentais, optativos: Tempo, Instrumento, Modo, Causa, Propósito, Resultado, Locativo Modal e Benefactivo Modal.

Os casos proposicionais são assim definidos por Cook:

a) **Agente (A):** é o caso requerido por verbo de ação. É representado por um ser caracteristicamente animado, por forças da natureza tidas como capazes de agir e "até por objetos inanimados" (Cook, 1976: 67):

A

(34) **Alejandro** construiu uma balsa com pneus e isopor.

A

(35) **A tempestade** virou a balsa.

A

(36) **Real** causa quebradeira de instituições financeiras.

b) **Experienciador (E):** é o caso requerido pela valência de verbo de experiência. Tal valência denota sensação, emoção, cognição ou comunicação, incorporadas pelo ser que se torna, na estrutura profunda da sentença, o experienciador:

E

(37) O jornalista viu os fugitivos. (ver = sensação)

c) **Beneficiário (B):** é o caso requerido pela valência de um verbo benefactivo. "Beneficiário é o possuidor de um objeto ou o participante não-agentivo de uma transferência de propriedade." (Cook, 1979: 202)

B

(38) O Brasil deu asilo político a sete cubanos.

d) **Objeto (O):** é classificado por Cook como o caso neutro, obrigatório¹⁰ para todos os verbos de estado, processo e ação.

Oe¹¹

(39) O repórter tem uma câmara. (ter = estado)

O

(40) O repórter ouviu o grito dos "balseiros". (ouvir = processo)

O

(41) O repórter jogou água potável para os fugitivos. (jogar = ação).

e) **Locativo (L):** é o caso requerido pela valência de um verbo locativo. No modelo de Cook, o caso Locativo é empregado exclusivamente para expressar localização física espacial, tanto de aspecto estático quanto direcional, não seguindo o modelo localista de Fillmore, uma vez que Cook não deriva deste os casos Origem e Meta:

L

(42) Os refugiados chegaram a Miami.

¹⁰ Consideramos necessárias duas ressalvas relativamente à obrigatoriedade do caso Objeto: 1ª) Em orações com verbos de ambiente como "É tarde./ Está quente./ É terça-feira", não parece sustentável tal obrigatoriedade. 2ª) O caso Objeto poderá não estar presente na estrutura superficial, conforme se verá adiante, ao se tratar dos casos não-manifestos.

¹¹ O caso Objeto, com verbos que indicam estatividade, faz-se acompanhar do símbolo "e", ficando sua notação representada por Oe.

L

(43) Os taitianos estão **na base militar de Guantánamo**.

Cook ordena os cinco casos proposicionais da esquerda para a direita, com vistas à seleção do sujeito, o que determina a hierarquia dos casos para tal escolha, assim estabelecida: A, E, B, O, L. Desta forma, havendo na sentença o caso Agente, este será o sujeito. Não havendo Agente, o sujeito será o Experienciador. Na ausência destes dois, o sujeito será o Benefactivo, e, assim, sucessivamente.

2.3.3 A combinação dos casos para a formação dos esquemas casuais

Para construir a combinação dos casos que dão origem aos esquemas casuais que representam a estrutura profunda da oração, Cook arrola as seguintes normas:

- " a) Cada esquema casual consiste de um verbo e um, dois ou três casos;
- b) Os casos não se repetem no mesmo esquema casual, exceto o caso) O¹² ;
- c) O caso O é obrigatório¹³ ;
- d) Os casos E, B, L são mutuamente excludentes¹⁴ ;
- e) Os casos estão ordenados da esquerda para a direita para, assim, seguir a ordem de escolha do sujeito". (Cook, 1976: 203)

Os esquemas casuais de Cook resultam numa matriz que agrupa a classificação dos verbos, verticalmente, em verbos de estados, processos e ações, e, horizontalmente, em básicos, experimentativos, benefactivos e locativos, assim configurada:

12 As predicções que analisaremos no capítulo III provam o equívoco desta norma de Cook.

13 Rever a nota 10.

14 Também esta norma se mostra equivocada, a partir das análises do capítulo III deste trabalho.

Tipos de Verbos	Básicos	Experimentativos	Benefactivos	Locativos
Estados	Oe ser alto Oe, Oe ser + SN	E, Oe gostar Oe, E ser chato	B, Oe ter Oe, B pertencer	Oe, L estar em L, Oe conter
Processos	O morrer O, O tornar-se	E, O agradar O, E divertir	B, O adquirir O, B x	O, L mover, vi L, O vazar
Ações	A, O matar A, O, O eleger	A, E, O dizer A, O, E divertir (agt)	A, B, O dar A, O, B culpar	A, O, L pôr A, L, O encher

Figura 05: Matriz revisada, dos esquemas casuais de Cook (1989)

Os verbos básicos, experimentativos, benefactivos e locativos assim se denominam em função do caso obrigatório que cada um exige, ou seja, da valência intrínseca de cada um. Todos eles poderão ocorrer de forma estática, processual e agentiva, conforme se verá a seguir:

a) **Verbos básicos:** requerem o caso Objeto que é, segundo Cook, o caso obrigatório para todos os verbos. Subdividem-se em:

- **Verbos básicos de estado ou estativos:** indicam estatividade e requerem um só caso ou argumento — o Objeto — que ocorre estativamente, isto é, não passa por processo, nem pratica ação. Para simbolizar a estatividade, o Objeto tem seu símbolo acompanhado de "e" — Oe:

Oe

(44) **Luciana** é inteligente.

O esquema casual deste verbo é +[— Oe].

- **Verbos básicos de processo ou processuais:** são os que expressam uma mudança de estado ou de condição da pessoa ou coisa que é seu argumento ou caso. O nome não pratica uma ação, mas passa por um processo que é um acontecimento não-agentivo. Por isso, não requer o caso A, mas o caso O:

O

(45) **O vaso** quebrou.

Seu esquema casual é + [— O].

- **Verbos básicos de ação ou agentivos ou ativos:** requerem dois argumentos: um A e um O. O Agente é o caso ou argumento que executa ou que causa a ação, e o Objeto é o caso afetado ou criado pela ação:

A

O

(46) **Maria Helena** construiu **uma casa**. (O = ser criado pela ação de A)

A

O

(47) **Maria Helena** queimou **a carta**. (O = ser afetado pela ação de A)

Os verbos básicos agentivos têm o esquema casual +[— A, O].

b) **Verbos experimentativos:** são verbos que exprimem sensação, emoção, conhecimento e comunicação. Requerem sempre o caso ou argumento Experienciador (E). Sensações, emoções, conhecimentos e comunicações podem ocorrer estática, processual e ativamente, conforme se demonstra a seguir:

- **Verbos experimentativos de estado ou estáticos:** são os que permitem que se perceba a experiência da emoção, da sensação, do conhecimento e da comunicação estaticamente. São verbos transitivos que requerem na oração o argumento E, que é o ser no qual a emoção, o conhecimento ou a comunicação estão estáticos; e um Objeto estático sobre o qual recaem as experiências do caso Experienciador. Como dissemos anteriormente, para representar o caráter de estaticidade, o O faz-se acompanhar de um "e":

E

Oe

(48) **Giovanna** sabe **português**.

- **Verbos benefactivos processuais:** geram orações em que o caso Beneficiário requerido por eles passa por um processo de ganho, de perda ou de transferência de propriedade. A propriedade ganha, perdida ou transferida pelo caso Beneficiário é representada pelo caso Objeto:

B O

(54) **Júlia** ganhou **um carro**.

B O

(55) **Júlia** perdeu **o anel de noivado**.

Seu esquema casual é +[— B, O].

- **Verbos benefactivos ativos:** têm em seu esquema um caso Agente que é o que pratica a ação; o Objeto que é o que passa ao Beneficiário; o Beneficiário que se beneficia da ação de A e é o receptor do objeto transferido. Assim, na ocorrência de verbos benefactivos ativos, o caso A deixa de ser proprietário, para passar a posse de O ao caso B:

A O B

(56) **O Beiramar** doou **um carro** à **Orionópolis**.

Esses verbos têm como esquema casual +[— A, B, O].

d) Verbos locativos: "denotam localização física ou mudança de um lugar para outro". (Cook, 1979: 103) Requerem sempre o caso Locativo que pode vir acompanhado dos casos O e A. Podem ocorrer estativa, processual ou agentivamente.

- **Verbos locativos estáticos:** denotam a localização espacial de uma pessoa ou um objeto, tidos, dentro da estrutura oracional, como Objetos estáticos (Oe):

Oe L

(57) **O doce** está **na geladeira**.

L Oe

(58) **O doce** contém **cravos**.

O esquema casual de tais verbos é +[— Oe, L] — conforme (57) — e — +[— L, Oe] — conforme (58).

- **Verbos locativos processuais:** diferentemente dos anteriores, nestes, a pessoa ou objeto que constituem o caso (O) estão em movimento, através de um acontecimento não-agentivo:

O L

(59) **O livro** caiu **da estante**.

O L

(60) **A bola** rolou **para o campo adversário**. (Bathke, 1990: 51)

O L

(61) **A criança** despençou **da escada**.

Seu esquema casual é +[— O, L], que pode se apresentar invertido como em (62):

L O

(62) **A garagem** encheu **de folhas secas**. +[— L, O].

- **Verbos locativos agentivos:** diferem dos anteriores por apresentarem, além dos casos O e L, um Agente dotado de vontade, de cuja ação resulta a localização espacial do caso Objeto:

A O L

(63) **Zico** rolou **a bola** **para a área**. (Id.)

A O L

(64) **A professora** colocou **os documentos** **na pasta**.

O esquema casual dos verbos locativos agentivos é +[— A, O, L].

Cook acrescenta aos quatro tipos de verbos que constituem sua matriz — básicos, experimentativos, benefactivos e locativos — um quinto tipo, sem, contudo, fazê-lo figurar nela. São os verbos temporais. Segundo ele, as predicções temporais podem ser estáticas, processuais e agentivas.

- **Verbos temporais estáticos:** exigem dois casos — Objeto e Tempo — percebidos estaticamente:

Oe T

(65) **Nós** já estamos **em agosto**.

Seu esquema casual é +[— Oe, T].

O verbo encontrar, empregado como temporal, tem esse mesmo esquema de caso:

(69c) * Seja bonito, Pedro!¹⁸

⇒ Verbos de processo também não aceitam a forma imperativa, mas aceitam a progressiva:

(70a) Pedro morreu.¹⁹

(70b) Pedro está morrendo.

(70b) * Morra, Pedro!²⁰

⇒ Verbos de ação aceitam tanto a forma imperativa quanto a progressiva:

(73a) Os brasileiros elegem seu presidente.

(73b) O brasileiros estão elegendo seu presidente.

(73c) Elejam seu presidente, brasileiros!

Pela aplicação dos testes do imperativo e do progressivo, esses três tipos de verbos ficam assim classificados por Cook:

⇒ estados [- imperativos, - progressivos];

⇒ processos[- imperativos, + progressivos];

⇒ ações [+ imperativos, + progressivos].

2.3.4 A derivação de um verbo de outros verbos

A classificação dos verbos de uma língua através de matriz de esquemas casuais evidencia a identidade de raiz morfológica em muitos casos de derivação verbal.

Cook (1979:204) demonstra a inter-relação derivacional de estados, processos e ações através dos exemplos:

(74a) A sopa está grossa. (estado) + [— Oe]

(74b) A sopa engrossou. (processo) + [— O]

(74c) Max engrossou a sopa. (ação) + [— A, O]

18 Na realidade, é possível considerar a oração acima gramatical, mas somente em contextos que expressam volição.

19 Semelhantemente à nota 16, os verbos/predicadores podem ser analisados ora como processos ora como ações, dependendo do contexto em que são usados. Assim, o verbo **ganhar**, nos recortes abaixo, é analisado como benefactivo processual (71) e benefactivo agentivo (72):

(71) "Oliver Stone ganha prêmio do júri em Veneza." (E.S.P., 13/09/94: D - 1)

(72) "Ganhe amanhã o 5º fascículo." (F.S.P., 10/09/94: 1 -1)

20 Novamente transparece a fragilidade do teste, e confirma-se a posição de Cruse, se considerarmos, por exemplo, frases como: Morra, peste!! Agrade seu pai com um presente Beiramar. /Adquira tudo em três vezes, sem entrada. A imperativização implica volição; transforma processo em ação.

Chafe (1978: 120 e ss.) já demonstrara essa derivação verbal através de sistema bidirecional, em que verbos de estado, processo e ação ligam-se por meio de unidades derivacionais. Cook adota tal sistema e o representa conforme a figura 06:

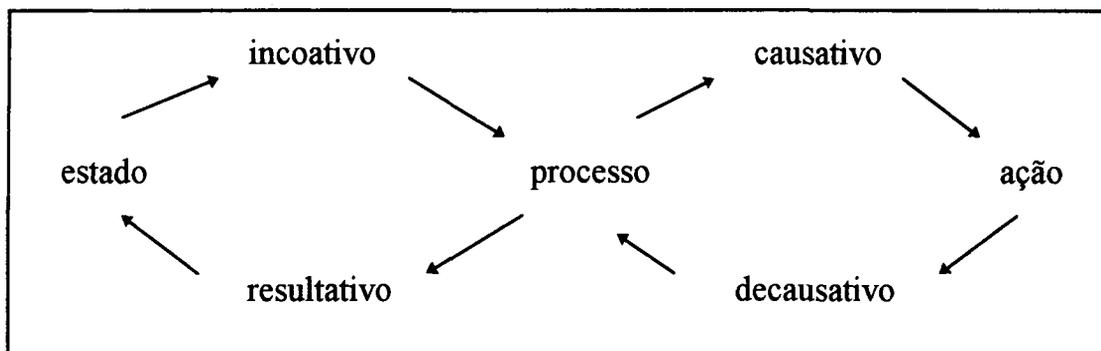


Figura 06: Sistema bidirecional de derivação verbal

O sistema ora representado pode ser assim explicado:

- a) Se ao verbo de estado for acrescentado o incoativo, através da adição, na estrutura lógica, do predicado **acontecer**, o resultado será um verbo de processo: ser grosso + incoativo = engrossar, vi (= acontecer, ser grosso)
- b) Se ao verbo processual for adicionado o resultativo, através da supressão do processo verbal do predicado **acontecer**, o resultado será um verbo de estado: quebrar, vi (= acontecer, ser quebrado) + resultativo = ser quebrado.
- c) Se ao verbo processual for acrescentado o causativo, através da adição, na estrutura lógica, do predicado **causa** ao processo verbal, o resultado será um verbo de ação: quebrar, vi + causativo = quebrar, vt (= causa, quebrar, vi)
- d) Se ao verbo de ação for adicionado o decausativo pela supressão do predicado **causa**, ter-se-á formado o verbo processual: lavar, vt (= causa, lavar) + decausativo = lavar, vi.

Para sustentar tal sistema de derivação bidirecional, Cook (id.: 205) propõe normas respaldadas em critérios morfológicos e sintáticos da língua, capazes de identificar as formas básicas dos verbos.

O critério morfológico sustenta a identificação da forma básica entre verbos de estado e verbos de não-estado. A forma verbal morfológicamente mais simples é tida como básica. Assim, tomando as formas **grosso/engrossar** e **quebrado/quebrar**, conclui-se pelas formas básicas **grosso** e **quebrar**.

Já, para identificar as formas básicas de verbos processuais e agentivos, Cook adota critérios sintáticos. Assim, tomando-se verbos processuais e agentivos como, respectivamente, **quebrar, vi/ quebrar, vt**, a forma básica será **quebrar, vi**, por ser considerado verdadeiro intransitivo, dada sua predicção simples como “O pote quebrou”. Dentro deste critério sintático, a forma transitiva será básica quando ela for confrontada com pseudo-intransitivo, como em **lavar,vi/ lavar, vt**, em que a forma básica é **lavar, vt**, tomando a ocorrência “Esta roupa lava bem”, em que **lavar, vi** é pseudo-intransitivo.

Relativamente à utilização de critérios sintático para a identificação das formas primitivas e derivadas dos verbos, Lyons (1979:388) afirma ser a derivação ordenada da intransitiva para transitiva, e da transitiva para a pseudo-intransitiva.

2.3.5 A teoria dos casos não-manifestos

É mais um ponto que, segundo Cook, uma gramática de casos requer. Tal teoria foi inicialmente expressa por Fillmore, em 1970, em curso ministrado por ele na Ohio State University, e parte do fato de que nem sempre os casos ou argumentos requeridos pela valência verbal na estrutura profunda estão expressos na estrutura superficial.

Esses casos chamam-se , nesta circunstância, casos não-manifestos e podem ser parcialmente ou totalmente não-manifestos:

- a) **Casos parcialmente não-manifestos:** podem estar presentes ou ausentes da estrutura superficial, vindo-lhe daí a denominação de **casos apagáveis**. É clássico este exemplo de Fillmore:

Encerramos, assim, nossa abordagem sintética da teoria de Gramática de Casos de Walter A. Cook, em cujos pressupostos teóricos baseia-se o modelo praticado na UFSC, do qual trataremos a seguir.

2.4 O modelo praticado na UFSC

2.4.1 A matriz casual

A prática de Gramática de Casos na UFSC, conforme Nicolacópulos (1981 e 1993), para quem “a Gramática de Casos é semântica”, adota a matriz de esquemas casuais de Cook²³, acrescida de três casos: Tempo (T), Comitativo (C) e Holístico (H).

Assim, a classificação verbal no sistema casual praticado na UFSC, que adota uma abordagem semântico-pragmática, e que adotamos no presente estudo, é constituída de três campos verticais — estado, processos e ações —, como em Cook, e de sete campos horizontais — verbos básicos, experimentativos, benefactivos, locativos, temporais, comitativos e holísticos.

Os verbos temporais, classificados e incluídos na matriz por Nicolacópulos, foram, inicialmente, classificados por Cook, sem, contudo, fazê-los constar da matriz:

a) Predicações temporais:

A classificação das predicações temporais do sistema casual adotado na UFSC pode ser representada pelos recortes jornalísticos expostos a seguir:

– Predicações temporais estáticas:

(79) “O ator norte-americano Burt Lancaster morreu ontem em Los

T

Angeles após ataque cardíaco. ^(Oe) **Tinha 80 anos.**”(F.S.P., 22/10/94: 1-1)

²³ O sistema matricial de Cook, segundo Nicolacópulos, tem 60% de seus constituintes abstraídos da teoria de Chafe e 40% da teoria de Fillmore.

exprime companhia”. As predicções comitativas também podem ser estáticas, processuais e agentivas:

– **Predicações comitativas estáticas:**

(85) “Onde está Grace Lesada? (...) Depois da busca que inclui pistas falsas, informações desencontradas e, finalmente a localização em Buenos Aires, ela, a vencedora **está** entre nós.”(F.S.P., 28/10/94: 5 - 6)

(86) “**Moram** com ele (Chumacher) a loira Corinna, sua noiva, e Jenny, uma cadelinha de pelos brancos compridos que mataria de inveja a do ex-ministro Antônio Rogério Magri, a que andava de carro oficial.”(Veja, 23/11/94: 50)

O esquema casual dessas predicções é: +[— Oe, C].

– **Predicações comitativas processuais:**

(87) “Casal prepara filhos para ^(O) **viver** com parentes.”(F.S.P., 28/11/93: 4-1)

(88) “Marcela, cheia de vida, fala como se estivesse pronta: ‘Quando minha mãe morrer, vou **ficar** com a madrinha’.”(Id.)

Estas predicções têm, normalmente, o esquema casual +[— O, C], mas, em (87) e (88), o (O) mantém-se apagado, resultando a seguinte variação de esquema predicacional: +[— *O, C]/O-apag.

– **Predicações comitativas agentivas:**

(89) “O duque de Windsor abandonou o trono em 1936, para ^(A) **se casar** com a duas vezes divorciada e norte-americana Wallis Simpson (...)” (F.S.P., 21/11/93: A-20)

(90) “Zico deve voltar ao Brasil. (...) A mulher Sandra e os três filhos estão voltando para o Brasil definitivamente em janeiro, enquanto Zico aguarda o vencimento do contrato para **se juntar** à família.” (Id.)

O esquema casual das predicções comitativas agentivas vistas acima é: casar: +[—*A, C]/A-apag. e juntar: +[— A, O, C]/A=O-apag.

Para Nicolacópulos, há duas noções básicas em Gramática de Casos: 1^a) as noções de casos: A-E-B-O-L-C-T-H e 2^a) as noções de estado, processo e ação. Passaremos a tratar, de maneira sintética, destas duas noções.

2.4.2 Os casos

Da adoção, por Nicolacópulos (1993), do esquema casual de Cook, acrescido das três predicções vistas em 2.4.1, resulta o modelo casual praticado na UFSC, constituído de oito casos: A-E-B-O-L-C-T-H, assim definidos²⁴:

- a) **Agente (A)**: caso que expressa ação;
- b) **Experienciador (E)**: caso que expressa sensação, emoção, conhecimento e comunicação;
- c) **Beneficiário (B)**: caso que denota posse, poder, liderança, ganho ou perda e transferência de propriedade;
- d) **Objeto (O)**: caso que, com verbos de estado, representa a “coisa” que está sendo descrita; com verbos de processo e de ação, representa a “coisa” ou “objeto” que sofre mudança ou está em movimento;
- e) **Locativo (L)**: caso que denota lugar;
- f) **Comitativo (C)**: caso que denota companhia;
- g) **Tempo (T)**: caso que expressa tempo cronológico;
- h) **Holístico (H)**: caso que expressa o todo, a totalidade.

Conforme ficou demonstrado na explanação feita nas seções 2.3.3 e 2.4.1, esses oito casos podem ocorrer em predicções estáticas, processuais e agentivas, decorrendo daí que se percebam estática, processual ou agentivamente as noções que tais casos expressam.

Os casos, segundo Nicolacópulos (1993), não são relações sintáticas; são funções ou relações semânticas.

Enfatiza, ainda, Nicolacópulos que a análise de casos é análise contextual. Exemplifica com os casos **João** que é potencialmente agente, **copo** e **caixa**

²⁴ Faz-se oportuno destacar a relevância das definições dos casos que acabamos de listar, pois é em função delas que serão identificados os casos em nossa análise, no próximo capítulo.

que, fora do contexto, são locativos, mas, contextualizados, podem assumir diversos papéis, uma vez que é o contexto que determina a qualidade da proposição:

A O
(96a) **João** matou o ladrão.

E O
(96b) **João** viu o ladrão.

B O
(96c) **João** ganhou o jogo.

L O
(96d) **João** inalou fumaça.²⁵

L
(97a) **O copo** está cheio.^(Oe)

O
(97b) **O copo** quebrou.

L O
(98a) **A caixa** contém laranjas.

L (Oe)
(98b) **A caixa** está vazia.

2.4.3 Os Verbos

Segundo Nicolacópulos (1993), o verbo é o elemento relacional na Gramática de Casos, o elemento que, em associação com seus argumentos em determinado contexto, vai determinar a qualidade da proposição.

a) Classificação dos verbos

Conforme vimos na seção 2.4.1, Nicolacópulos adota a classificação dos verbos da teoria de Chafe (1970) incorporada, simplificada e revisada por Cook (1989), em estados, processos e ações. Estes verbos constituem predicções básicas, experimentativas, benefactivas, locativas, temporais, comitativas e holísticas, consoante os casos requeridos por elas, de acordo com o que ficou esclarecido na seção 2.3.3 e complementado na seção 2.4.1.

²⁵ Nicolacópulos adverte que **inalar** involuntariamente é processo e não ação. Por isso, em (96d), **João** é locativo na posição de sujeito.

Nicolacópulos manifesta a necessidade de interpretar semanticamente a frase, para uma efetiva análise de caso e classificação dos verbos. Este procedimento deve existir não apenas diante de frases sintaticamente iguais e semanticamente diferentes, mas também diante de um mesmo verbo em contexto frasal diferente, conforme fica comprovado pelo verbo **saber** nos recortes discursivos abaixo:

(99) “ ‘Nunca entreguei prova antes do final, mesmo quando^(E) **sabia**
 Oe
 tudo. Vou aguardar o resultado das urnas’, afirmou Lerner.” (F.S.P.,
 03/10/94: Esp. - 11)

(100) “ ‘O comportamento ético da sociedade mudou, o eleitor não
 suporta mais quem mente, não suporta candidato que promete. Ele questiona
 O
 promessas, ^(E) quer **saber** se elas são possíveis’.” (Id., p. 13)

O
 (101) “ ‘^(A=E) **Saiba** como proteger os olhos no eclipse (...); observação
 direta do sol pode danificar retina.’” (F.S.P., 31/10/94: 3-3)

O verbo **saber**, experimentalivo, assume três classificações, nas frases acima, pela ordem: experimentalivo estático, experimentalivo processual e experimentalivo agentivo. Note-se que nas três predicções o verbo **saber** exigiu o caso Experienciador.

Já com o verbo **estar**, das próximas frases, a classificação se altera em função dos casos requeridos. **Estar**, nos contextos abaixo, mantém a classificação de verbo estático, mas, pela ocorrência dos casos, classifica-se, pela ordem das frases, em estático locativo, estático temporal e estático comitativo, exatamente em função do ambiente de casos distintos:

Oe L
 (102) “ ‘Tenho três filhos e um **está** na barriga da minha mulher.’” (F.S.P.,
 28/10/94: 3-3)

Oe T
 (103) “ ‘Ela **está** no último mês de gestação e não pode estar sofrendo tão fortes emoções.’” (Id.)

(104) “Depois da busca que inclui pistas falsas, informações
 Oe
 desenhadas e, finalmente, a localização em Buenos Aires, ela, a
 C
 vencedora, **está** entre nós.” (F.S.P., 28/10/94: 5-6)

b) Teste para a classificação dos verbos

Para conferir a classificação dos verbos, Nicolacópulos adota os testes das perguntas, como no modelo de Chafe, sugerido inicialmente por Cruse (1973).

O teste das perguntas destina-se, primeiramente a distinguir o acontecimento do não-acontecimento:

(105a) A porta está aberta.

“O que aconteceu?”

R.: Nada aconteceu. “Estar aberta” é um não-acontecimento; é um estado e não responde a esta pergunta.

(105b) A porta abriu.

“O que aconteceu com N?”

R.: A porta abriu. É um acontecimento não-agentivo, um processo.

(105c) João abriu a porta.

“O que N fez?”

R.: João abriu a porta. É um acontecimento agentivo. Há o agente que pratica a ação de abrir.

CAPÍTULO III

3 A TEORIA DA CORREFERENCIALIDADE

Na seção 2.3.5, que trata da teoria dos casos não-manifestos, originalmente proposta por Fillmore e desenvolvida por Cook, já contextualizamos a teoria da correferência que pode ser revista na figura 07, onde aparece representada de maneira sintética, sob a denominação de casos correferenciais.

No presente capítulo, pretendemos descrever essa teoria semântica¹, demonstrando sua ocorrência em recortes do discurso jornalístico atual, através da análise dos casos correferenciais e das predicções agentivas em que tais casos ocorrem.

3.1 Origem e caracterização

Fillmore (1968), em seu primeiro modelo de Gramática de Casos, defendia a posição de que cada SN tem uma única função de caso profundo. Posteriormente, em 1970, em curso ministrado na Ohio State University, conforme já mencionamos na seção 2.3.5, ele passou a admitir a necessidade de rever tal posição. Em 1972 (p. 15), escreveu que certos argumentos de alguns

¹ Devemos distinguir correferência sintática de correferência semântica. Correferência sintática refere-se a dois SNs idênticos na estrutura profunda, em posições distintas como, por exemplo, em “João lavou-se”, onde João é o sujeito e o se resultante da reflexivização de João é o objeto. Correferência semântica, por sua vez, refere-se ao mesmo referente com duas funções de caso, como em “João foi a Chicago”, onde João é simultaneamente o Agente e o Objeto.

analisadas estabelecem **relação de cognição** com seus casos, a exceção do verbo **anunciar**, em (118), que estabelece **relação de comunicação**:

A=E

O

(113) “Itamar **define** hoje redução de combustíveis. Preço deve cair de 2% a 4%, pela diferença internacional e do real em relação ao dólar.” (E.S.P., 04/10/94: B-1)⁴

(114) “Covas já **escolhe** seus secretários. Vários nomes já são dados como certos no secretariado de um eventual governo tucano em São Paulo.” (F.S.P., 25/09/94: E-9)

(115) “Bradesco **recalcula** prestação. Quem é mutuário do Bradesco, com contrato pelo PAM, (Plano de Amortização Mista), firmado entre 1987 e 1993, pode pedir o recálculo de suas prestações.” (F.S.P., 25/09/94: 2-8)

(116) “Ao lado de Benedita da Silva, Lula **acompanha** a apuração; ele não fala em derrota do PT.” (E.S.P., 05/10/94: A-1)

(117) “Folha **acompanhou** reuniões do esquema. A Folha flagrou duas reuniões em que empreiteiros armaram um esquema da Apeop (Associação Paulista dos Empresários de Obras Públicas) com o objetivo de acertar preços e vencedores de licitações da Sabesp.” (F.S.P., 26/09/94: 1-19)

(118) “O Partido Expressão Renovadora do Povo de El Salvador, do ex-guerrilheiro Joaquín Villalobos, **anunciou** que estava abandonando o marxismo-leninismo e adotando a social democracia.” (F.S.P., 29/09/93: 2-12)

(119) “PT **decide** substituir Bisol por Aloízio Mercadante 27 dias após as primeiras denúncias contra o senador gaúcho.” (F.S.P., 03/10/94: Esp.- 6)

(120) “Governo **admite** rever meta monetária.” (E.S.P., 24/09/94: B - 4)

(121) “O presidente do Banco Central (BC), Pedro Malan, e o diretor da área externa da instituição, Gustavo Franco, **admitiram** ontem que a

⁴ Procuraremos contextualizar as predicções agentivas que estão sendo analisadas, em pequenos excertos de textos jornalísticos. O verbo dessas predicções está em destaque.

equipe poderá rever meta monetária fixada para o último trimestre deste ano (...).” (E.S.P., 24/09/94: B-4)

(122) “Governo **decide** desregulamentar as importações.”(E.S.P., 05/10/94: A-1)

3.2.1.2 Casos correferenciais apagáveis: +[— A, *E, O]/A=E - apag.

A ocorrência dos casos correferenciais A=E apagáveis foi detectada em frases cujos verbos foram causativizados através da adição do traço intenção, como em (123) a (126), e em frases complexas em que o Agente está expresso num contexto que antecede o verbo agentivo experimentativo em análise, como ocorre na frase (128). Assim, **A=E-apag.** pode estar expresso no contexto, mas apagado na predicação em análise.

Todos os verbos deste conjunto de frases, causativizados e não-causativizados, apresentam **relação de cognição** com seus casos:

O

(123) ^(A=E) “**Acompanhe** os fatos que marcaram a campanha.”
(F.S.P., 03/10/94: Esp. 6)

(124) “Não **esqueça** o licenciamento. Veículos do Estado de São Paulo com placa de final 7 devem ser licenciados até a próxima 5ª feira, dia 30.”
(F.S.P., 25/09/94: 2 -8)

(125) “**Saiba** como investir no mercado de arte. Participar do mercado de arte não é tão simples quanto parece.” (F.S.P., 25/09/94: 2-8)

(126) “**Conheça** os locais inacessíveis de São Paulo. **Saiba** o que existe por trás das portas de cinco lugares exclusivos, proibidos e escondidos.”
(F.S.P., 11/09/94: 4-1)

(127) “**Saiba** por que aposentadoria será revisada.”(F.S.P., 17/04/94: 2-11)

(128) “Justiça decide **investigar** o uso da máquina.” (F.S.P., 31/08/94: A-6)

A frase (128) é constituída de duas orações, conseqüentemente tem duas predicacões:

- decidir: +[— A, *E, O]/A=E, tendo o caso A=E expresso na estrutura superficial, representado por “Justiça”, e o caso O, pela oração “investigar o uso da máquina”;
- investigar: +[— A, *E, O]/A=E - apag., tendo o caso A=E representado por “Justiça”, que ocorre na oração anterior, e o caso O, por “o uso da máquina.”

Portanto, ambas as predicacões são agentivas experimentativas e apresentam o fenômeno da correferência A=E.

3.2.1.3 Experienciadores apagáveis: +[— A, *E, *E, O]/A=E - apag.; E apag.

Este esquema casual reflete a valência verbal de **verbos agentivos experimentativos** em cuja ocorrência requerem um **Agente** em correferência a um **Experienciador**, que está em **relação de comunicação** com o verbo; um outro **Experienciador** também em relação de comunicação com o verbo; e um **Objeto** que expressa o **conteúdo da experiência**.

Ambos os experienciadores mantêm-se apagados. O apagamento dos casos correferenciais A=E nos recortes abaixo deve-se à proximidade da representação semântica destes casos no contexto, requeridos por verbos das orações que antecedem as que estão em análise, à semelhança do que ocorre em (128). Já o caso E-apag. é deduzível da valência verbal:

(129) “Lula viaja para os EUA, onde ^(A=E) **faz** ^O palestras ^(E) e participa de reuniões com empresários.”(F.S.P., 30/11/94: Esp. -6)

(130) “FHC sai do esconderijo e ^(A=E) **fala** ^(E) do seu governo.” (J.T., 06/10/94: 1)

(131) “Soljenitsin volta e ^(A=E) **diz** ^(E) que não vai mais escrever.”(F.S.P., 25/08/94: 2-10)

A=E

1) *Necessidade de o governo identificar*

O

claramente os focos de pressão inflacionária, sem apostar, de antemão, que eles são sazonais.

O

2) ^(A=E) *Avaliar o desgaste que iniciativas como trabalhar com índices dessazonalizados pode trazer à credibilidade do plano.*

O

3) ^(A=E) *Não desprezar o custo da cesta básica (Procon), que subiu sistematicamente durante a última semana, puxando ontem o preço para R\$ 100,66. Em setembro, a alta foi de 3,55% sobre a inflação oficial do mês.*

O

4) ^(A=E) *Observar o movimento dos trabalhadores, uma vez que salário mínimo — corrigido para R\$ 70,00 — é suficiente para comprar apenas 41,9% da cesta básica.*

O

5) ^(A=E) *Observar eventuais deslocamentos de moeda, com o impacto da mudança na tributação das aplicações financeiras.*

6) ^(A=E) *Definir o objetivo da política cambial: se estimular as importações — com impacto sobre as futuras diretrizes da produção industrial — ou apenas conter a elevação dos preços.*

O

7) ^(A=E) *Definir as metas do programa de privatização, levando em conta a intenção de ampliar a formação de joint ventures entre estatais e o setor privado, sem transferência de controle das empresas. Exemplo: a Petrobrás já pensa em formar parcerias para transporte e distribuição de combustíveis; Telemig, Telerj e Telesp se preparam para alugar linhas telefônicas.” (E.S.P., 05/10/94: B - 7)*

(136) “Elma e os filhos **saíram** do Recife. (F.S.P., 25/10/93: 1-9)

(137) “Elma Farias, mulher do empresário Paulo César Farias, **deixou** ontem o Brasil acompanhada pelos seus dois filhos com destino a Lille, no interior da França.”(Id.)

(138) “FHC **sai** do esconderijo e fala do seu governo.” (J.T., 06/10/94: 1)

(139) “Policiais palestinos **entram** na faixa de Gaza.”(F.S.P., 11/05/94: 2-10)

(140) “Cerca de 150 palestinos vindos do Egito **entraram** ontem na faixa de Gaza para formar o primeiro contingente da polícia palestina no território.”(Id.)

(141) “Rebeldes **chegam** à capital abkaz.”(F.S.P., 20/09/93: 2-7)

(142) “Forças separatistas abkhazes **entraram** de surpresa em Sukhumi, capital da Abkházia às margens do Mar Negro(…)”(Id.)

(143) “Soljenitsin **chega** na quinta a Moscou.” (F.S.P., 19/07/94: 2-9)

(144) “Ele **retornou** à Rússia em maio.”(Id.)

(145) “Família de PC **chega** à França com 12 malas.” (E.S.P., 26/10/93: A-10)

(146) “Mulher do empresário, Elma, e os dois filhos do casal, Paulo Augusto e Ingrid, **desembarcaram** em Lille na companhia da vidente Vera Lúcia Moreira Alves e passaram poucas horas na cidade.” (Id.)

(147) “Mulher de PC Farias **viaja** para a França.”(F.S.P., 25/10/93: A-10)

(148) “Em 10 ou 12 semanas, o líder palestino deve **viajar** a Gaza e Jericó (áreas contempladas com autonomia palestina), onde tomará decisões a respeito das eleições a serem realizadas.”(F.S.P., 20/09/94: 2-8)

(149) “PC poderia **ir** para o hospital. Advogados alegam que empresário está hipertenso e deprimido.”(J.T., 12/07/93: 5)

(150) “Arafat **vai** a Jericó para tomar posse. O líder da OLP, Iasser Arafat, foi empossado ontem em Jericó presidente da Autoridade Nacional

Palestina, que administrará a região autônoma na faixa de Gaza e na Cisjordânia.”(F.S.P., 06/07/94: 1-1)

(151) “Madre Teresa de Calcutá, 83, prêmio Nobel da Paz, **deixou** ontem o hospital onde foi submetida a uma cirurgia para retirar um coágulo de uma artéria da carótida.”(F.S.P., 20/09/93: 2-7)

(152) “FHC **refugia-se** na fazenda Boa Vista, do empresário Jovelino Mineiro, em São Paulo.”(J.T., 06/10/94: 3)

(153) “O brasileiro Ayrton Senna, que **abandonou** a pista com o motor quebrado, disse ontem que sua ida para a Williams em 94 é lógica.”(F.S.P., 27/09/93: 1-1)

Os casos correferenciais A=O, em (153), estão representados pelo anafórico “que”.

(154) “Na viagem o escritor quer ‘redescobrir’ o país que ele **abandonou** há 20 anos (...)” (F.S.P., 25/08/94; 2-10)

Note-se que os casos correferencias A=O requeridos pelo verbo **abandonar** estão representados pelo anafórico **ele**, e o caso Locativo está representado pelo anafórico **que**.

3.2.2.1.2 Casos correferenciais apagados: +[— A, *O, L]/A=O - apag.

Apresentam este esquema casual predicções agentivas locativas inseridas num contexto que possibilita a recuperação dos casos apagados, exigidos pela valência verbal do predicador em análise. A relação de correferência entre A e O, que se mantêm apagados, dá-se, também, nesta configuração esquemática, com verbos de movimento, daí a correferência estabelecer-se pela **ação de A** e pelo **deslocamento de O**, numa **relação de espacialidade com o verbo**:

(155) “Rosinete tem crise de choro ao ^(A=O) **sair** da clínica e ^(A=O)

^L **voltar** para a P.F.” (F.S.P., 16/7/93: 1-11)

(156) “F.H.C. deixa fazenda e **voa** para Brasília.” (J.T., 06/10/94: 3)

Perceba-se a presença da correferência A=O em ambos os verbos de (155): num, os casos correferenciais estão expressos; noutro, apagados.

3.2.2.1.3 Caso proposicional locativo apagado: +[— A, *O, *L]/A=O; L-apag.

As relações estabelecidas por predicções agentivas locativas com os casos A=O expressos e o Locativo apagado são as mesmas das anteriormente demonstradas. A diferença reside em que o Locativo, e não os casos correferenciais, mantém-se apagado, sendo perceptível pela valência verbal e identificado pelo contexto, conforme fica perceptível em (156) a (158):

A=O

(157) “Seleção **chega** ^(L) e é condecorada.”(F.S.P., 20/1/94: 1-4)

(158) “Soljenitsin **volta** e diz que não vai mais escrever.” (F.S.P., 25/08/94: 2-10)

Interessante perceber que todos os três verbos da frase complexa (158) apresentam os fenômenos da correferência e do apagamento de casos proposicionais. Revendo análise já feita, a representação do esquema casual de cada verbo da (158) é a seguinte;

- voltar: +[— A, *O, *L]/A=O; L-apag.;
- dizer: +[— A, *E, *E, O]/A=E-apag.; E-apag.;
- escrever: +[— A, *E, *E, *O]/A=E-apag; E-apag.; O-apag.

3.2.2.2 A ocorrência de A=O em predicções agentivas holísticas

Predicações deste tipo, com o fenômeno da correferência A=O, requerem um **Agente**, que é responsável pela ação em correferência a um **Objeto**, que é responsável pela parte do todo requerida pelo verbo, e um **Holístico**, que representa o todo ao qual se agrega o Objeto.

Encontramo-las com três realizações casuais de superfície, o que não descarta a hipótese de outras ocorrências.

3.2.2.2.1 Casos correferenciais expressos na superfície: +[— A, *O, H]/A=O

Os três casos proposicionais que ocorrem nas predicções agentivas holísticas com os casos correferenciais A=O são identificáveis nas frases (159) a (163):

A=O

H

(159) “Neto pode **retornar** para o Corinthians.” (F.S.P., 27/05/94: 4-7)

(160) “O meia Neto pode **voltar** ao Corinthians.”(Id.)

(161) “O presidente russo, Boris Ieltsin, assinou ontem na ilha grega de Corfu um tratado de cooperação econômica com a União Européia (...) A cerimônia abriu a reunião de cúpula dos 12 países da UE, que ontem também formalizou o convite para que Áustria, Finlândia, Suécia e Noruega **entrem** na União no ano que vem.” (F.S.P., 25/06/94: 2-10)

(162) “Com brindes de champanhe francês e em ritmo de festa, Henrique Hargreaves **reintegrou-se** ontem à equipe do presidente Itamar.”(F.S.P., 09/02/94: 1-6)

3.2.2.2.2 Casos correferenciais apagados: +[— A, *O, H]/ A=O-apag.

(163) “Ana Lúcia Figueiroa Otake, 15, diz que sempre teve vontade de **entrar** para as Forças Armadas.”(F.S.P., 31/10/94: 6-3)

Note-se que os casos correferenciais requeridos por entrar —A=O— estão representados no contexto, por Ana Lúcia Figueiroa Otake, que não aparece na estrutura de superfície na oração em que figura o verbo **entrar**, em análise.

3.2.2.2.3 Caso holístico apagado: +[— A, *O, *H]/A=O; H-apag.

A=O

(164) “Careca pode **sair** ^(H). Há quem garanta que Careca, 33, ao pedir dispensa do grupo que disputa as eliminatórias, despediu-se da seleção para sempre.” (F.S.P., 04/08/93: 3-5)

O holístico que permanece apagado na frase construída em torno do verbo **sair** está contextualizado na frase subsequente e é representado por **grupo**.

3.2.2.3 A ocorrência de A=O em predicções agentivas comitativas

As predicções agentivas comitativas expressam ação e companhia, e requerem dentre seus argumentos um Agente, um Objeto e um Comitativo. Ocorrem, assim, três casos proposicionais: o **Agente**, responsável pela **ação**, o **Objeto** que lhe é correferente e, ao mesmo tempo, o objeto que está na companhia do Comitativo, e o **Comitativo**, que estabelece com o verbo relação de **companhia**, de **acompanhamento**.

Identificamos duas variáveis de esquemas casuais com estas predicções contendo os casos correferenciais A=O:

3.2.2.3.1 Casos correferenciais expressos na superfície: +[— A, *O, C]/A=O

As frases (166) e (167) têm este esquema casual:

A=O

(166) “Equipes do Exército usando tratores e guindastes se

C

juntaram a parentes das vítimas na tentativa de encontrar sobreviventes do terremoto, de 6,4 graus na escala Richter que destruiu completamente cerca de 50 aldeias.”(F.S.P., 02/10/93: 2-13)

(167) “Para defender a cidade, tropas fiéis ao ex-presidente da Geórgia, Zviad Gamsakhurdia, se **reuniram** ao exército do inimigo Chevardnadze, que o depôs em 1992.” (F.S.P., 20/09/93: 2-7)

3.2.2.3.2 Casos correferenciais apagáveis: +[— A, *O, C]/A= O - apag.

C

(168) “Nicole Boxer é a segunda pessoa a ^(A=O)se **juntar** à família este mês.”(F.S.P., 28/5/94: 2-9)

(169) “Já temos problemas suficientes para implementar o acordo com os palestinos, afirmou Rabin em Alexandria (Egito) — onde se **reuniu** ontem com Hosni Mubarak — (...)” (J.T., 20/9/93: 9)

Mais uma vez percebem-se os casos correferenciais apagáveis nas orações em análise, identificáveis pelo contexto da frase complexa, junto a verbos das frases que antecedem os verbos em análise.

tempo o **Objeto** que **transcorre no tempo cronológico**, enquanto está localizado num **lugar** determinado.

Foram identificadas duas variações de esquemas casuais com a ocorrência de A=O em predicções temporais e locativas.

3.2.2.5.1 Casos correferenciais expressos na superfície: +[— A,*O, L, T]/A=O

A=O

(177) “ Pedro Malan, presidente do BC e virtual ministro da

T L

Fazenda do Governo FHC, **passou** o dia de ontem no Rio, reunido com a equipe econômica.”(F.S.P., 02/12/94: 1-5)

3.2.2.5.2 Casos correferenciais apagáveis: +[— A, *O, L, T]/ A=O-apag.

(179) “ O destino final de Elma e os seus filhos Ingrid, 13, e Paulo, 11, deve ser Paris, onde pretendem **passar** uma longa temporada.” (F.S.P., 25/10/93: 1-9)

A oração cuja predicção está em análise integra uma frase complexa, que permite que os casos correferenciais do verbo em destaque, que não aparecem na estrutura de superfície da oração, sejam facilmente resgatados pelo contexto. O caso Locativo faz-se representar pelo anafórico “onde”.

3.2.3 Correferência do Agente com o Beneficiário: A=B

A correferência do Agente com o Beneficiário dá-se em predicções agentivas benefactivas, que englobam verbos cuja valência requer um **Agente** que pratica a **ação**, um **Beneficiário** que se **beneficia da ação do Agente** e lhe é correferente, por estabelecer **relação de ganho com o verbo**, e um **Objeto** que expressa o **objeto do ganho**.

Identificamos, no corpus em análise, os casos correferentes A=B, ora manifestos na estrutura de superfície, ora apagados, conforme se poderá ver a seguir.

3.2.3.1 Casos correferenciais manifestos na estrutura de superfície:

+[- A, *B, O]/A=B

(179) “O presidente da Geórgia, Eduard Chevardadze, disse que
 A=B O
 forças do governo **recuperaram** ontem o porto de Poti.”(F.S.P., 26/10/93: 2-11)

(180) “Uma declaração feita pela missão abkhaz em Moscou, afirma que as forças separatistas **tomaram** os territórios limítrofes à Geórgia, às margens do rio Ingur, e hastearam a bandeira.”(F.S.P., 02/10/93: 2-12)

3.2.3.2 Casos correferenciais A=B apagáveis: +[- A, *B, O]/A=B-apag.

(181) “(...) o Atlanta Hawks caminha firme na liderança da divisão central da Conferência Leste da NBA. Quarta-feira à noite, mesmo jogando em
 O B
 Detroit conquistou sua 11ª vitória consecutiva ao ^(A=B) **derrotar** os Pistons por 105 a 97.”(F.S.P., 10-12/93: 4-5)

O
 (182) “O ‘Jornal de Angola’ — oficial — disse que a cidade de Soyo, no noroeste do país, **foi retomada** ^(A=B). Soyo estava em poder dos rebeldes desde o ano passado.” (F.S.P., 02/11/94: 2-11)

O
 (183) ^(A=B) “**Ganhe** o terceiro fascículo de atlas Folha^(B). (...) Ele traz oito mapas atualizados de países da Europa.”(F.S.P., 28/9/94: 1-1)

(184) ^(A=B) “**Ganhe** revistas com roteiro de serviços^(B). A Folha publica hoje ‘Roteiro de Informática’, 76 páginas em formato de revista e impressa em papel especial.”(F.S.P., 14/9/94: 1-1)

Em (181), os casos correferenciais A=B requeridos por **derrotar**, estão representados no contexto por Atlanta HOWKS. Já em (182) e (184) não há no contexto a representação superficial de A=B, e o verbo **foi retomada**, em (182), apresenta-se na voz passiva.

Além disso em (183) e (184), A=B se mantêm efetivamente apagados em função da causativização do verbo pela imperativização.

3.2.4 Correferência do Agente com o Locativo: A=L

Esta modalidade de correferência dá-se com predicções agentivas locativas, com os casos e as relações assim definidas: um **Agente (A) causador da ação**, em correferência com um **Locativo (L)** que denota o **lugar para o qual se dirige o objeto** e um **Objeto (O)** que é o **objeto que está em deslocamento para o lugar expresso pelo Locativo**. Assim, fica constituída a correferencialidade pela ação e pela espacialidade.

3.2.3.1 Casos correferenciais expressos na superfície: +[— A, O, *L]/A=L

A=L

(185) “Também é nesta hora que os grandes felinos dão conta de
O
comer a caça da noite e não raro é possível ver leões degustando uma girafa ou um antílope.” (F.S.P., 03/11/94: 6-8)

3.2.3.2 Casos correferenciais apagados: +[— A, O, *L]/A=L - apag.

(186) “Em Buenos Aires, tucano almoça com Carlos Menem e discute as relações econômicas entre Brasil e Argentina. FHC falou o tempo todo em espanhol e ^(A=L) **tomou** vinho e champanhe de La Rioja (...)” F.S.P., 03/11/94: 1-6)

(187) “Um israelense de 66 anos, sobrevivente do holocausto nazista, tentou se matar ontem em Nahariya (norte), **engolindo** 41 pílulas de calmante (...)” (F.S.P., 03/08/93: 2-9)

Os casos correferenciais A=L nas predicções em análise estão expressos junto às predicções que as antecedem no contexto.

3.2.5 Correferência do Agente com o Holístico: A=H

Nesta modalidade de correferência, ocorre um **Agente (A)** responsável pela ação, em correferência com um **Holístico (H)** que expressa o **todo** e está relacionado com o caso **Objeto (O)** que expressa **parte desse todo, ou o ser que pode vir a fazer parte desse todo**, conforme se verifica no próximo recorte do discurso jornalístico.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi realizar um estudo da teoria da correferencialidade no Português, descrevendo-a semanticamente, segundo a Gramática de Casos, levando em consideração aspectos pragmáticos.

Para a consecução do objetivo, respaldamo-nos na teoria de Cook, conforme modelo praticado na UFSC, com o intuito de detectar a ocorrência do fenômeno da correferencialidade nas predicções agentivas, em suas variadas realizações, consoante os casos proposicionais requeridos pelos verbos e sua manifestação na estrutura de superfície.

Constituíram o corpus do experimento excertos da linguagem jornalística atual, da Folha de S. Paulo, de O Estado de S. Paulo e do Jornal da Tarde dentre outros, coletados entre 1993 e 1994.

Ficou constatado, pelos exemplos coletados e analisados, que um dos casos correferenciais é o Agente; o outro caso em correferência nunca estará manifesto e será identificado pela valência verbal como tendo a mesma realização sintática do Agente. Assim, ficou demonstrado como um referente semântico é interpretado como tendo duas funções de caso, sem estabelecer relação linear com a correferência sintática ou reflexivização.

Verificou-se, ainda, que ambos os casos correferenciais podem estar apagados na estrutura de superfície. Tal fato foi constatado diante de duas situações: 1) com verbos causativizados e 2) em frases complexas em que os casos correferenciais estejam manifestos em orações que antecedem ou sucedem, no contexto, a(s)

predicação(ões) em análise. Nesta segunda situação, é comum os casos correferenciais fazerem-se representar por anafóricos, especialmente por pronomes relativos.

No corpus analisado, constatamos a presença da correferencialidade do Agente com o Experienciador (A=E), do Agente com o Objeto (A=O), do Agente com o Beneficiário (A=B), do Agente com o Locativo (A=L) e do Agente com o Holístico (A=H), em esquemas casuais com variáveis relativas à presença ou não dos casos proposicionais na estrutura de superfície, como passamos a sintetizar:

A=E

- a) +[—A, *E, O]/A=E
- b) +[—A, *E, O]/A=E-apag.
- c) +[—A, *E, *E, O]/A=E; E-apag.
- d) +[—A, *E, *E, O]/A=E-apag.; E-apag.

A=O

- a) +[—A, *O, L]/A=O
- b) +[—A, *O, L]/A=O - apag.
- c) +[—A, *O, *L]/A=O; L-apag.
- d) +[—A, *O, H]/A=O
- e) +[—A, *O, H]/A=O-apag.
- f) +[—A, *O, *H]/A=O; H- apag.
- g) +[—A, *O, C]/A=O
- h) +[—A, *O, C]/A=O - apag.
- i) +[—A, E, *O]/A=O
- j) +[—A, *O, L, T]/A=O
- l) +[—*A, *O, L, T]/A=O - apag.

A=B

- a) +[—A, *B, O]/A=B
- b) +[—A, *B, O]/A=B-apag.

A=L

a) +[—A, O, *L]/A=L

b) +[—A, O, *L]/A=L-apag.

A=H

a) +[—A, O, *H]/A=H

A correferência do Agente com o Experienciador (A=E) dá-se em predicções agentivas experimentativas. Os verbos de tais predicções exigem um Agente que é o causador da ação, um Experienciador que mantém com o verbo relação de sensação, emoção, cognição ou comunicação, e tem o mesmo referente semântico do Agente; um Objeto que reflete o conteúdo da experiência. Em tais predicções, pode ocorrer um segundo Experienciador, não-correferencial, mas proposicional, que se mantém apagado e é identificável pela valência verbal. Da análise das predicções agentivas experimentativas em que ocorrem os casos correferenciais A=E, deduziu-se, ainda, que o Objeto pode ser oracional e que também há verbos agentivos experimentativos que são empregados metonimicamente.

A correferência do Agente com o Objeto (A=O) identificamo-la em cinco predicções agentivas: locativas, holísticas, comitativas, experimentativas e temporais.

A ocorrência de **A=O em predicções agentivas locativas** dá-se com verbos de movimento que exigem um Agente responsável pela ação; um Objeto, que é o objeto, a pessoa ou a coisa em movimento e em correferência com o Agente; um Locativo em relação de espacialidade com o verbo. Os casos correferenciais A=O manifestos na estrutura de superfície podem ser representados pelo anafórico “que”. Os casos A=O podem manter-se apagados da estrutura de superfície de predicções agentivas locativas. Já a ocorrência do Locativo apagável (L-apag.) foi constatada com relativa frequência em proposições que são títulos de reportagens e de notícias. Se manifesto, em frases complexas, o locativo pode ser representado pelo anafórico “que”.

Verbos agentivos holísticos que têm os casos correferenciais **A=O** requerem um Agente, que é responsável pela ação, em correferência com o Objeto, que denota a 'parte' do todo, e um Holístico, que representa o todo do qual faz parte ou ao qual se agrega o Objeto. Foram detectados os casos correferenciais **A=O** em predicções agentivas holísticas, em três variações esquemáticas, sendo que o Holístico apagável foi constatado em títulos de reportagens e de notícias.

A correferência de **A=O em predicções agentivas comitativas** foi detectada com verbos comitativos que requerem um Agente, responsável pela ação, um Objeto que lhe é correferente e, concomitantemente, o objeto que estabelece com o verbo relação de companhia, de acompanhamento, em duas variáveis esquemáticas. Nestas predicções, os casos correferentes **A=O** apagáveis dão-se nas mesmas circunstâncias dos anteriormente descritos.

A ocorrência de **A=O em predicções agentivas experimentativas** é pouco freqüente, se comparada às anteriores, pois só foi identificado um modelo de esquema. Esta também foi verificada com verbos que exigem um Agente responsável pela ação, um Objeto que denota o conteúdo da experiência e um Experienciador que expressa experiência.

Finalmente, identificamos a ocorrência de **A=O em predicções agentivas temporais e locativas**. Também é pouco freqüente. Encontramo-la com verbos temporais que denotam agentividade e temporalidade. Essas predicções requerem um Agente que é concomitantemente o Objeto que transcorre no tempo cronológico, representado pelo caso proposicional Tempo, situado num determinado lugar. Encontramos a ocorrência de **A=O** em predicções agentivas temporais e locativas em duas variações de esquemas casuais, sendo que os casos correferenciais apagáveis, em tais predicções, foram identificados em frases complexas e são resgatados pelo contexto.

A correferência do Agente com o Beneficiário (A=B) foi identificada em predicções agentivas benefactivas cujos verbos requerem um Agente, que pratica a ação; um Beneficiário, que se beneficia da ação do Agente e lhe é correferente, porque

estabelece relação de ganho com o verbo; um Objeto, que expressa o objeto do ganho. Foram identificados dois esquemas casuais de A=B: um com os casos correferenciais expressos na estrutura de superfície, outro com esses casos apagáveis. Tal apagamento foi constatado em proposições complexas, onde os casos A=B aparecem representados na estrutura de superfície do contexto que antecede a oração em análise, e em proposições cujos verbos estão causativizados através da imperativização, mormente, em proposições que estimulam o leitor à ação, como é o caso dos textos de propaganda.

A correferência do Agente com o Locativo (A=L) foi constatada em predicções agentivas locativas em que são requeridos os casos Agente como causador da ação, em correferência com o Locativo que denota o lugar para onde se dirige o “objeto” e um Objeto que é o “objeto” em deslocamento em direção ao lugar expresso pelo Locativo. Constataram-se duas variações de esquemas casuais com a ocorrência A=L: um com esses casos correferentes expressos na estrutura de superfície, outro com esses mesmos casos apagados.

Por último, foi constatada a **correferência do Agente com o Holístico (A=H)**, num único esquema casual, o que nos leva a deduzir sua raridade de ocorrência, em que os casos correferenciais estão expressos na estrutura de superfície. Tal ocorrência dá-se com Agente responsável pela ação, em correferência com um Holístico, que expressa o todo e está relacionado com o caso Objeto, que expressa parte desse todo.

Desta forma, constatou-se a ocorrência da correferencialidade do Agente com outros cinco casos do modelo casual praticado na UFSC — E, B, O, L, H — numa gama variada de esquemas casuais, tendo ficado excluídos dessa constatação apenas os casos Comitativo e Tempo, fato que não nos autoriza a crer na inexistência de tais conferências.

A constatação original de nossa pesquisa foi a correferencialidade do Agente com o Holístico, uma vez que os casos E, B, O e L já haviam sido identificados em pesquisas anteriores a nossa, de linha não-localista. Outro aspecto da originalidade do nosso trabalho reside na gama de variações de esquemas casuais em que ocorrem casos correferenciais. Acrescente-se a esse aspecto inovador, a aplicação da teoria da correferencialidade à linguagem jornalística atual.

Considerando que em nossa pesquisa abordamos apenas um dos casos não-manifestos — a correferencialidade — e que o aspecto da teoria que trata dos casos totalmente não-manifestos abarca os casos correferenciais e os casos lexicalizados, seria interessante proceder-se à aplicação da teoria da lexicalização, com destaque ao seu caráter produtivo dentro do léxico.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, John M. (1971). **The grammar of case: towards a localistic theory.** Cambridge, Cambridge Studies in Linguistics, n. 4, At the University Press.
- BATHKE, Elizete dos Santos (1990). **Transitividade e significado oracional: contribuição ao estudo da sinonímia.** Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC.
- BORBA, Francisco da Silva (1976). **Pequeno vocabulário de lingüística moderna.** São Paulo: Nacional.
- (1987). **Gramática de Casos - uma apresentação geral.** SeriEncontros - ano II, n.1, Publicação do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa, UNESP: Campus de Araraquara, 1-9.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1975). **História da Lingüística.** 2. ed. Trad. Maria A. B. de Azevedo. Petrópolis: Vozes.
- (1977). **Princípios de lingüística geral.** 5. ed. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora.
- (1986). **Dicionário de lingüística e gramática.** Rio de Janeiro: Vozes.

CARVALHO, Maurício Brito de (1983). **As gramáticas de casos: uma visão global. A teoria de Charles Fillmore.** 2. parte. Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa.

— (1987). **Considerações sobre a diversidade de propostas de gramática de casos.** SeriEncontros. Ano II, n.1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Língua Portuguesa e Língua Portuguesa, UNESP: Campus de Araraquara, 10-24.

CHAFE, W. L. (1979). **Significado e estrutura lingüística.** Tradução de Meaning and the Structure of Language (1970). Maria Helena de M. Neves et alii. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.

CHOMSKY, N. (1978). **Aspectos da teoria da sintaxe.** 2.ed. Tradução de: Aspects of the theory of syntax (1965). The MIT press. Cambridge, Massachusetts. Coimbra: Armênio Amado Editora.

COOK, Walter A. S. J. (1971). **Improvements in case grammar.** 1970. Georgetown University Papers on Languages and Linguistics n. 2. Washington, D. C.: Georgetown University Press, 16-17.

— (1972). **A set of postulates for case grammar analysis.** Georgetown University Papers on Languages and Linguistics, n.4. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 36-49.

— (1973). **Covert case roles in case grammar.** In case grammar and generative semantics. Georgetown University Papers on Languages and Linguistics n. 10. Washington D.C.: Georgetown University Press, 162-166.

— (1973b). **Verb classification in case grammar.** University of Michigan Papers in Linguistics (UMPIL), Vol. 1, number 2. 32-34.

- (1974). **Case grammar and generative semantics**. Georgetown University Papers on Languages and Linguistics, n. 8. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1-28.
- (1976). **Five models of case grammar**. Georgetown University.
- (1978). **Case grammar matrix model**. In Valence, Semantic Case and Relational Grammar. Edited by Werner Abraham. Companion Series to Studies in Language. Vol. 1. Amsterdam: John Benjamins.
- (1979). **Case grammar: development of matrix model 1970 - 1978**. Washington, D. C.: Georgetown University Press.
- (1989). **Case Grammar theory**. Washington, D.C.: Georgetown University Press.
- CRUSE, D. A. (1973). **Some thoughts on agentivity**. Journal of Linguistics, 9. 11 - 23.
- D'ALL AGLIO, Marize Mattos (1987). **The case for case**. SeriEncontros. Ano II, n.1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa, UNESP: Campus de Araraquara, 46-48.
- DUBOIS - CHARLIER, F. (1975). **Avant - Propos: les premiers articles de Fillmore**. Langages, n. 38. Paris: Didier - Larousse.
- DUBOIS, J. et alii (1986). **Dicionário de Lingüística**. Traduzido de: Dictionaire de linguistique (1973) Livraire Larousse. São Paulo: Cultrix.

- FERREIRA, Aurélio B. de Holanda (1986). **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FILLMORE, Charles J. (1966). **A proposal concerning english prepositions**. In: Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics, 1966. Edited by Francis P. Dineen, S. J. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 19-34.
- (1969). **Toward a modern theory of case**. The Ohio State University Project on Linguistic Analysis. Report nº 13, 1-24. Reprinted in: *Modern Studies in English*. Edited by David A. Reibel and Sanford A. Schane. Englenwood Cliffs, N. J.: Prentice - Hall. 361-375.
- (1971). **Some problems for case grammar**. In: Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics, 1971. Edited by Richard J. O'Brien, S.J. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 35-56.
- (1972). **Subjects, speakers and roles**. The Ohio State University Working Papers in Linguistics, nº 4, 31-63.
- (1975). **Principles of case grammar: the structure of language and meaning**. Tokyo: Sanseido Publishing Company.
- (1975). **The case for case reopened**. In *Syntax and Semantics. Vol. 8: Grammatical Relations*. Edited by Peter Cole and Jerrold M. Sadok. New York: Academic Press, 59-81.
- (1977). **Em favor do caso**. Traduzido de: *The case for case*, 1968. Alzira Soares da Rocha et alii. In: LOBATO, Lúcia M. A. *A semântica na língua moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 275-359.

HAWY, Amini B. (1986). **Da necessidade de uma gramática padrão da língua Portuguesa**. 2.ed. São Paulo: Ática.

ILARI, Rodolfo et alii (1985). **Semântica**. 2.ed. Série Princípios. São Paulo: Ática.

LAKOFF, George (1966). **Stative verbs and adjectives in english**. In *Mathematical linguistics and automatic translation*. Edited by A. G. Dettinger. Cambridge, Massachusetts. Harvard University Press.

LONGO, Beatriz N. de Oliveira (1987). **A gramática de Charles Fillmore**. SeriEncontros. Ano II, n.1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa, UNESP: Campus de Araraquara, 44-55.

— (1987). **The case for case reopened: a revisão do modelo de 68**. SeriEncontros. Ano II, n.1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa, UNESP: Campus de Araraquara, 56-59.

LYONS, John (org.) (1976). **Novos horizontes em lingüística**. São Paulo: Cultrix, e Editora da Universidade de São Paulo.

— (1979). **Introdução à lingüística teórica**. Tradução de: *Introduction to Theoretical Linguistics*. Rosa V. M. e Silva et alii. São Paulo: Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo.

MOURA, Heronides M. de M. (1988). **A passiva e o problema da relação da sintaxe-semântica**. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: UFSC.

NICOLACÓPULOS, Apóstolo T. (1981). **A semantic analysis of portuguese predications. An introduction to case grammar**. Tese de Doutorado. Washington, D.C.: Georgetown University.

- (1993). **Anotações das aulas de Gramática de Casos**. Florianópolis: UFSC.
- OLIVEIRA, M. G. Albino (1989). **Dar - o verbo mais polissêmico da língua portuguesa**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC.
- PANTALEÃO, Elisa P. da Costa (1987). **A gramática de casos de Fillmore - o modelo de 1971**. SeriEncontros. Ano II, n.1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, UNESP: Campus de Araraquara, 49-55.
- ROBINS, R. H. (1979). **Pequena história da lingüística**. In: Lyons, John. Introdução à lingüística teórica (1979). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- SILVA, Bento et alii (1987). **As construções locativas do português**. SeriEncontros. Ano II, n.1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, UNESP: Campus de Araraquara, 66 - 89.
- SILVA, Carly (1978). **Gramática transformacional: uma visão global**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- TEIXEIRA, Raquel F. A. (1987). **Fillmore: a relativização dos casos em cena**. SeriEncontros, Ano II, n.1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, UNESP: Campus de Araraquara, 25-43.
- ZUCCO, B. (1992). **Introdução ao estudo do objeto: uma análise casual**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC.
- (1994). **Do objeto I - considerações teóricas; Do objeto II - uma análise casual**. Revista Unimar 16(1), Universidade de Maringá, 1994, 33-45; 47-70.